



Goldman
Sachs

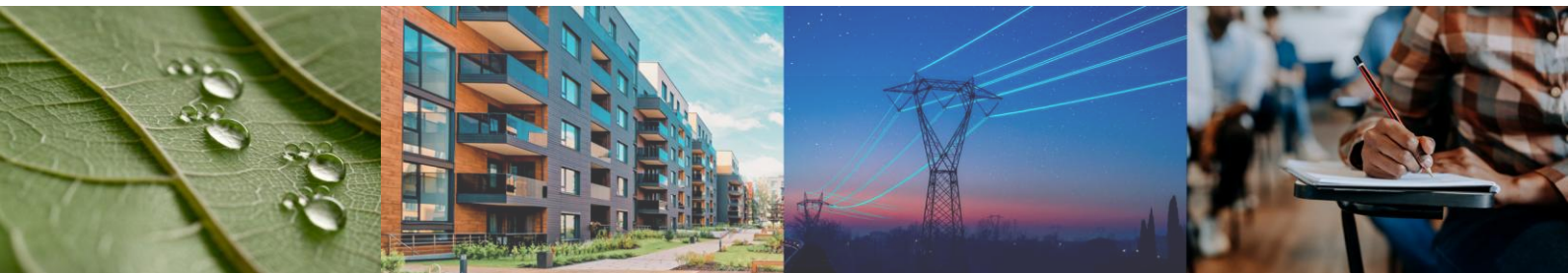
G

CONSOLIDADO GOLDMAN SACHS BRASIL

Demonstrações Financeiras
Consolidadas em IFRS

2025

Índice



-
- 3 Relatório da Administração
-
- 7 Balanço Patrimonial
-
- 8 Demonstrações de Resultado
-
- 9 Demonstrações de Resultado Abrangente
-
- 10 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
-
- 11 Demonstrações dos Fluxos de Caixa
-
- 12 Notas Explicativas da Administração
-
- 53 Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria
-
- 54 Relatório do Auditor Independente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Em R\$ mil

Apresentação

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/2020, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras anuais do Consolidado Goldman Sachs Brasil (“Consolidado”), composto pelo Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. (“Banco”) e por sua subsidiária integral Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Corretora”), relativas aos exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, no padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela International Financial Reporting Standards Foundation (IFRS Foundation).

Goldman Sachs: 30 Anos no Brasil

Em agosto de 2025, o Goldman Sachs completou 30 anos de operações no Brasil. Ao longo destas três décadas, a empresa expandiu significativamente a sua presença e introduziu um conjunto abrangente de produtos para melhor atender os seus clientes na região. Essa expansão teve como objetivo fortalecer os negócios dos clientes através de uma plataforma global, ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento econômico mais amplo do Brasil.

O compromisso do Goldman Sachs com o Brasil é ainda demonstrado pelas suas iniciativas dedicadas que promovem o crescimento econômico para comunidades no Brasil e em todo o mundo, incluindo programas como o Dn’A Women e a LIFT Initiative.

Adicionalmente, através do programa 10,000 Women (10 Mil Mulheres), em parceria com a Fundação Dom Cabral e a Fundação Getúlio Vargas, o Goldman Sachs forneceu educação e mentoria em negócios e gestão a milhares de empreendedoras brasileiras, impulsionando o crescimento da receita e a criação de empregos no país. Ao refletir sobre três décadas no Brasil, a empresa celebra a base que construiu, reafirmando o seu compromisso de continuar a construir junto aos seus clientes e à sociedade.

Resultado do Exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Consolidado registrou Lucro líquido de R\$ 1.040.897 (2024 - R\$ 887.148), correspondente a R\$ 0,22 (2024 - R\$ 0,31) por ação e Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (ROE) de 20,15% (2024 - 21,27%).

Mercado de Capitais

Apesar de um cenário macroeconômico global marcado por incertezas, a economia brasileira demonstrou capacidade de recuperação ao longo de 2025. O ano foi caracterizado pela imposição de tarifas por parte dos EUA, o que impactou as exportações, mas, em contrapartida, incentivou uma diversificação de parceiros comerciais, com o Brasil ampliando vendas para mais da metade de seus parceiros comerciais. No front doméstico, a política monetária manteve-se restritiva para combater a inflação, com a taxa Selic permanecendo em patamares elevados, em 15% ao ano até o final do período. Ainda assim, a inflação deu sinais de arrefecimento, encerrando o ano dentro do intervalo da meta, em torno de 4,5%. Neste contexto, o mercado de capitais local exibiu um dinamismo excepcional, impulsionado pelo forte retorno de investidores internacionais. Esse movimento foi um dos principais vetores para o desempenho recorde do Ibovespa, que registrou uma valorização de 34% no ano, a melhor desde 2016.

O volume de emissão de ações no mercado brasileiro em 2025 atingiu R\$ 27,7 bilhões (40% acima do volume emitido em 2024, com R\$ 19,8 bilhões). Em 2025, a Goldman Sachs executou uma transação de renda variável no período, o IPO nos EUA da empresa mineradora Aurea Minerals, atuando como Global Coordinator na oferta que totalizou R\$ 1,2 bilhão na NASDAQ.

Em renda fixa, 26 emissores brasileiros acessaram o mercado internacional captando US\$ 35,8 bilhões em 2025 (superando em 57% o total emitido em 2024, com US\$ 22,8 bilhões). O Goldman Sachs atuou como Joint Bookrunner em dez operações que representaram 22% do volume emitido no período. Destaca-se que o Goldman Sachs atuou como Joint Bookrunner na emissão de US\$ 2,25 bilhões do Tesouro Nacional em novembro de 2025. A transação foi composta por US\$ 1,5 bilhão de notas sustentáveis com vencimento em fevereiro de 2033 e a reabertura de US\$ 750 milhões das notas com vencimento em março de 2035.

Para 2026, as projeções indicam um crescimento moderado do PIB. O principal vetor positivo para a economia e para o mercado de capitais é o esperado início do ciclo de flexibilização monetária pelo Banco Central, com previsões de cortes na taxa Selic a partir de março. No cenário global, persistem as incertezas relacionadas a tensões geopolíticas, à desaceleração gradual da economia chinesa e a uma reconfiguração das cadeias de comércio. A questão das tarifas americanas continua no radar, embora haja expectativas de negociações para a sua redução ou eliminação. O mercado de capitais deve continuar aquecido, beneficiado pela migração de investidores da renda fixa para a variável.

Contudo, o principal fator de volatilidade no cenário local serão as eleições presidenciais. A disciplina fiscal do governo também permanecerá como um ponto de atenção crucial.

Limite de Basileia - Patrimônio de Referência

O Conglomerado adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Goldman Sachs (“Conglomerado”), formado pelo Banco, líder do Conglomerado, e pela Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., de acordo com as diretrizes do BACEN.

O índice de Basileia é monitorado diariamente e representa um importante indicador do montante de capital alocado em função do grau de risco da estrutura dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2025, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, foi de 33,27% (2024 - 27,08%), sendo superior, portanto, ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN.

Governança Corporativa - Comitê de Auditoria

Em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.910, de 27 de maio de 2021, conforme alterada pela Resolução CMN nº 5.067/23, informamos que se encontra instalado o Comitê de Auditoria Único do Conglomerado ("Comitê"), cuja constituição foi objeto de aprovação pelo BACEN em 09 de março de 2016.

Compete ao Comitê, dentre outras atribuições, zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Conglomerado, pela avaliação da atuação, independência e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria independente e da auditoria interna.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos.

Gestão de Riscos

Acreditamos que gerenciar o risco de maneira eficaz é essencial para o sucesso do Grupo Goldman Sachs. Desta forma, contamos com processos de gestão de risco abrangentes através dos quais podemos monitorar, avaliar e administrar os riscos associados às nossas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, socioambiental, climático, regulatório e reputacional. Desenvolvemos nossa estrutura de gestão de risco com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O Conglomerado é parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo Goldman Sachs e, conforme determinado pelas Resoluções do CMN nº 4.557/17, nº 4.943/21 e nº 4.945/21, foram implementadas localmente as políticas e estrutura de Gerenciamento de riscos e de capital, bem como de risco socioambiental e climático.

Responsabilidade Socioambiental e Climática

Em conformidade com as diretrizes estabelecidas nas políticas globais relacionadas às questões sociais, ambientais e climáticas, e com base nos critérios estabelecidos na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática da Goldman Sachs Brasil, disponível publicamente no endereço eletrônico <https://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/environmental-social-disclosure.pdf>, o Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental na condução de seus negócios e atividades. Também está empenhado em utilizar soluções de mercado para promover a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento das comunidades em que está inserido, assegurando o atendimento aos interesses de longo prazo de seus clientes e a preservação de valor a longo prazo para os seus acionistas. O Conglomerado atua para que suas instalações e negócios adotem soluções e práticas sustentáveis, uma vez que ambas se relacionam com o meio ambiente e com as comunidades em que está inserido.

O Relatório que detalha as ações implementadas com vistas à efetividade da PRSAC está divulgado publicamente no endereço eletrônico <https://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/relatorio-de-acoes.pdf>.

Política de Equidade

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 15.177/2025, que estabelece a obrigatoriedade de divulgação de indicadores relacionados à política de equidade, o Conglomerado segue as políticas e práticas de Equidade do Grupo Goldman Sachs. O Banco divulga periodicamente o Relatório de Transparência Salarial, o qual evidencia sua prática de remunerar de forma equitativa homens e mulheres que desempenham funções equivalentes no Brasil e no exterior. As informações requeridas são divulgadas no Relatório de Transparência Salarial, disponibilizado publicamente no endereço eletrônico: <https://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/relatorio-transparencia-salarial>

Canal de Atendimento ao Público e Canal de Denúncias

Canal de atendimento ao público

Está em funcionamento o Canal de Atendimento ao Público ("Canal"), não estatutário, subordinado ao departamento de Compliance do Brasil. Trata-se de um canal público de comunicação com o Conglomerado que substituiu o Canal de Ouvidoria. O Canal está disponível ao público de segunda-feira a sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 18h por meio do toll-free 0800-380-5764 e/ou do e-mail contatogoldmanbrasil@gs.com.

Canal de denúncias

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.859, de 23 de outubro de 2020, o Conglomerado designou o Departamento de Compliance do Brasil, como o órgão responsável pelo canal de comunicação por meio do qual seus funcionários, colaboradores, clientes, usuários, parceiros ou fornecedores podem informar, sem a necessidade de se identificarem, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades.

Os procedimentos de utilização do canal de comunicação podem ser encontrados na internet, no seguinte endereço: <http://www.goldmansachs.com/disclaimer/canal-de-denuncia.html>.

Endereço Eletrônico

Em conformidade com a Resolução BCB nº 54/20 do BACEN, conforme alterado pela resolução BCB nº 306/23 e Resolução BCB nº447/24, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis no site: <https://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco>.

Canal de Comunicação com o Público Goldman Sachs Brasil: 0800-380-5764 e/ou contatogoldmanbrasil@gs.com. Horário de funcionamento: segunda-feira à sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 18h.

São Paulo, 24 de março de 2026



Demonstrações Financeiras

Nesta seção

- 7 Balanço Patrimonial
- 8 Demonstração do Resultado
- 9 Demonstração do Resultado Abrangente
- 10 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- 11 Demonstração dos Fluxos de Caixa

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - Em R\$ mil

Ativo	Notas	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	9	10.320	1.725.533
Ativos financeiros ao custo amortizado	10	832.929	2.388.218
Empréstimos		-	301.393
Títulos e valores mobiliários		832.929	2.086.825
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	11	22.061.201	32.305.768
Aplicações em depósitos interfinanceiros		463.946	814.477
Títulos e valores mobiliários		15.092.891	21.663.348
Instrumentos financeiros derivativos		6.504.364	9.827.943
Ativos tangíveis	12	17.350	21.900
Ativos fiscais	27	128.656	34.638
Outros		128.656	34.638
Outros ativos	13	1.692.733	862.113
Total do Ativo		24.743.189	37.338.170

Passivo e Patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		8.634.669	12.075.031
Instrumentos financeiros derivativos	11	8.634.669	12.075.031
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	14	7.515.356	19.369.131
Depósitos de clientes e instituições financeiras		5.305.572	8.522.018
Captações de mercado aberto		1.888.108	1.183.526
Obrigações por empréstimos		38.300	9.663.587
Certificado de operações estruturadas		283.376	-
Obrigações fiscais	27	622.024	507.346
Imposto de renda e contribuição social - Corrente		164.678	296.923
Imposto de renda e contribuição social - Diferido		419.099	184.969
Outras		38.247	25.454
Outros passivos	15	2.804.269	1.215.091
Provisões		185	-
Total do Passivo		19.576.503	33.166.599
Patrimônio Líquido	17	5.166.686	4.171.571
Capital social		4.698.288	2.822.788
Reservas de lucros		469.944	1.349.547
Outros resultados abrangentes		(1.546)	(764)
Total do Passivo e Patrimônio líquido		24.743.189	37.338.170

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 Em R\$ mil, exceto lucro por ação

Demonstração do Resultado	Notas	2025	2024
Receitas de juros e similares	20	431.770	2.143.885
Despesas de juros e similares	21	(1.565.339)	(2.661.742)
Resultado líquido de juros		(1.133.569)	(517.857)
Receita líquida de comissões e prestação de serviços	23	386.957	557.670
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado	22	1.369.740	1.454.418
Ganhos/(perdas) cambiais líquidos		689.883	(131.655)
(Constituição)/Reversão de provisão para perda esperada de crédito		6.709	(6.574)
Benefícios a empregados	25	(710.116)	(660.406)
Outras despesas administrativas	26	(228.419)	(187.901)
Outras receitas/(despesas) operacionais	24	1.102.953	881.792
Lucro operacional antes da tributação		1.484.138	1.389.487
Imposto de renda e contribuição social		(443.241)	(502.339)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	27	(239.283)	(383.942)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	27	(203.958)	(118.397)
Lucro líquido do exercício		1.040.897	887.148
Lucro líquido por ação (em reais) - Básico e Diluído	17	0,22	0,31

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 -
Em R\$ mil

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	1.040.897	887.148
Outros resultados abrangentes	(782)	-
Ajuste de avaliação atuarial - Plano de benefícios definidos na controlada, líquido do efeito fiscal	(782)	-
Resultado abrangente do exercício	1.040.115	887.148

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 -
Em R\$ mil

Reserva de lucros

	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2023	2.805.788	17.000	40.572	425.827	—	(764)	3.288.423
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	887.148	—	887.148
Total do resultado abrangente do exercício	—	—	—	—	887.148	—	887.148
Aumento de capital - homologado	17.000	(17.000)	—	—	—	—	—
Pagamento do plano baseado em ações	—	—	—	—	51.159	—	51.159
Repagamento do plano baseado em ações	—	—	—	—	(51.159)	—	(51.159)
Dividendos	—	—	—	(4.000)	—	—	(4.000)
Destinações:	—	—	44.178	842.970	(887.148)	—	—
Reserva legal	—	—	44.178	—	(44.178)	—	—
Reserva estatutária	—	—	—	842.970	(842.970)	—	—
Em 31 de dezembro de 2024	2.822.788	—	84.750	1.264.797	—	(764)	4.171.571
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	1.040.897	—	1.040.897
Remensuração do plano de benefícios definidos	—	—	—	—	—	(782)	(782)
Total do resultado abrangente do exercício	—	—	—	—	1.040.897	(782)	1.040.115
Aumento de capital - em fase de homologação	—	1.720.500	—	(1.720.500)	—	—	—
Pagamento do plano baseado em ações	—	—	—	—	91.329	—	91.329
Repagamento do plano baseado em ações	—	—	—	—	(91.329)	—	(91.329)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,22 por ação)	—	155.000	—	—	(200.000)	—	(45.000)
Destinações:	—	—	50.514	790.383	(840.897)	—	—
Reserva legal	—	—	50.514	—	(50.514)	—	—
Reserva estatutária	—	—	—	790.383	(790.383)	—	—
Em 31 de dezembro de 2025	2.822.788	1.875.500	135.264	334.680	-	(1.546)	5.166.686

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - Em R\$ mil, exceto lucro por ação

	2025	2024
Atividades Operacionais		
Lucro líquido ajustado do exercício	1.256.558	1.552.789
Lucro líquido do exercício	1.040.897	887.148
Ajustes ao lucro líquido	215.661	665.641
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalente de caixa	3.151	527.862
Constituição/(reversão) de provisões operacionais	185	129
Outras receitas e despesas operacionais	(17.645)	(17.919)
Depreciação e amortização	24.676	22.872
(Constituição)/reversão de provisão para perdas esperadas de créditos	(6.709)	6.574
Participações nos lucros	8.045	7.726
Ativos fiscais e passivos fiscais diferidos	203.958	118.397
Variações de ativos e passivos operacionais	(2.918.449)	(1.949.813)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	10.972.891	(17.270.481)
Ativos fiscais e passivos fiscais correntes	238.847	(620.348)
Outros ativos	(827.930)	77.322
Passivos financeiros ao valor justo no resultado	(3.440.362)	7.123.140
Passivos financeiros ao custo amortizado	(11.853.775)	11.143.123
Ativos financeiros ao custo amortizado	1.555.289	(2.087.683)
Outros passivos	1.580.351	(15.668)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(422.145)	(206.627)
Juros recebidos	898.398	857.038
Juros pagos	(1.620.013)	(949.629)
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(1.661.891)	(397.024)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	(5.171)	(4.125)
Caixa utilizado nas atividades de investimento	(5.171)	(4.125)
Atividades de financiamento		
Dividendos pagos	-	(4.000)
Juros sobre capital próprio pagos	(45.000)	(6.000)
Caixa utilizado nas atividades de financiamento	(45.000)	(10.000)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(1.712.062)	(411.149)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.725.533	2.664.544
Variação cambial de caixas e equivalentes de caixa	(3.151)	(527.862)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.320	1.725.533
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(1.712.062)	(411.149)

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

NOTA EXPLICATIVA DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - Em R\$ mil

1) Contexto Operacional

O Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. (“Banco”) é uma instituição financeira privada, constituída sob a forma de Sociedade Anônima, autorizada a operar como banco múltiplo com as carteiras de investimento e de crédito, financiamento e investimento, incluindo a gestão e administração de carteiras de valores mobiliários e fundos de investimentos e a prática de operações de câmbio.

O Banco, parte integrante do Grupo Goldman Sachs (“Grupo”), iniciou suas atividades operacionais no final de 2006 e vem desenvolvendo plataforma para novos negócios relacionados às atividades financeiras do Grupo no Brasil e no exterior. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Grupo, atuando de forma integrada nos mercados financeiros nacional e internacional, sendo os benefícios dos serviços prestados e os custos comuns dessa estrutura apropriados a cada entidade correspondente.

Em 2008, o Banco passou a atuar como Participante de Liquidação Direta (PLD) da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), passando a liquidar e custodiar suas operações de derivativos listados.

Em maio de 2008, o Banco Central do Brasil (“BACEN”) autorizou o Banco a constituir a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Corretora”), sua subsidiária integral, a qual recebeu em dezembro de 2008 autorização do Conselho de Administração da B3 para operar como corretora no segmento de ações na categoria pleno. O Banco, como líder, e a Corretora, sua subsidiária integral, formam o Consolidado Financeiro Goldman Sachs (“Consolidado”).

Em 24 de março de 2026, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Consolidado foram elaboradas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/2020 a qual determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e International Sustainability Standards Board (ISSB) traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela International Financial Reporting Standards Foundation (IFRS Foundation).

3) Políticas contábeis e critérios de apuração

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas considerando os requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a elaboração de Demonstrações Financeiras Consolidadas anuais, de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e International Sustainability Standards Board (ISSB).

Foram considerados os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nas IFRS e nas interpretações do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC).

3.1) Base para consolidação

• Controlada

Controladas são todas as entidades nas quais o Consolidado detém o controle. O Consolidado controla uma entidade quando está exposto, ou tem direito a retorno, às variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Consolidado. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Consolidado deixa de ter o controle.

As demonstrações financeiras da entidade sobre a qual o Consolidado exerce controle estão consolidadas. As operações entre empresas do Consolidado, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados no processo de consolidação. As práticas contábeis da controlada foram ajustadas para assegurar consistência com as práticas contábeis adotadas pelo Consolidado.

• Escopo de consolidação

Nome da Companhia	País de Registro	Segmento	Participação total (em %)	
			Participação em capital votante	Participação em capital social
Goldman Sachs do Brasil CTVM S.A.	Brasil	Financeira	100,00	100,00

3.2) Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

• Alterações para o período findo em 31 de dezembro de 2025

- **Alterações IAS 21** : Falta de Conversibilidade Entre Moedas As alterações, emitidas em agosto de 2023, exigem que sejam fornecidas informações úteis e completas nas demonstrações financeiras de uma companhia quando uma moeda não puder ser convertida por outra. A norma estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. Estas alterações entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e o Consolidado concluiu que não houve impactos com a aplicação desta norma.

• Aplicáveis para períodos futuros

- I. **IFRS 18** : Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtópicos e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- II. **IFRS 9** : Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros Divulgações: Publicado em maio de 2024, as alterações tratam: data de reconhecimento e baixa dos instrumentos financeiros e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração. Adicionalmente são aprimoradas as divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, com aplicação retrospectiva. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- III. **IFRS 19** : Subsidiárias sem Responsabilidade Pública - A nova norma, emitida em maio de 2024, permite que as subsidiárias elegíveis utilizem as normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas, o que reduzirá os custos de preparação das demonstrações financeiras dessas subsidiárias, mantendo, ao mesmo tempo, a utilidade da informação para os usuários de suas demonstrações financeiras. O IFRS 19 entrará em vigor em 1 de janeiro de 2027. O Consolidado concluiu que não haverá impactos iniciais com a aplicação desta norma.
- IV. **Emendas ao IFRS 7, IFRS 18, IAS 8, IAS 36 e IAS 37**: Divulgações sobre Incertezas nas Demonstrações Financeiras - Divulgações sobre incertezas nas Demonstrações Financeiras ilustrativas que reforçam a aplicação dos requisitos existentes das IFRS para a divulgação dos efeitos de incertezas relevantes nas demonstrações financeiras, com destaque para aquelas decorrentes de riscos climáticos e de transição

para uma economia de baixo carbono. A emenda enfatiza a necessidade de maior transparência quanto aos julgamentos de materialidade, às principais premissas e às fontes significativas de incerteza de estimativa que possam afetar ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa. As alterações não introduzem mudanças nos critérios de reconhecimento ou mensuração, concentrando-se no aprimoramento das divulgações previstas, em especial nas normas IFRS 18 (que substituirá a IAS 1), IFRS 7, IAS 8, IAS 36 e IAS 37, reforçando a consistência e o alinhamento entre as informações financeiras e os efeitos de riscos climáticos e outras incertezas relevantes, quando material, nas demonstrações financeiras. As emendas são efetivas para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 e 2028. O Consolidado está avaliando os impactos desta alteração.

3.3) Conversão em moeda estrangeira

• Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (“moeda funcional”). Para o propósito de consolidação das demonstrações financeiras, o resultado e a posição financeira da entidade consolidada estão expressos em Reais.

• Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira são aquelas originalmente denominadas ou com liquidação em moeda estrangeiras e são convertidas à moeda funcional utilizando a taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os itens ativos e passivos monetários são convertidos pelas taxas de câmbio no final de cada período referentes ao ativo e passivo monetário em moedas estrangeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio de fechamento em vigor na data do balanço patrimonial.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e conversões são reconhecidos pelas taxas de câmbio no final de cada período, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras nas demonstrações consolidadas do resultado.

3.4) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão compostos por saldos em contas correntes e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento na data da aquisição é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor.

3.5) Ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo na data da negociação acrescido, no caso de item não designado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

I) Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

O Consolidado aplica a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros para classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- Custo Amortizado - (CA);
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - (VJORA);
- Valor Justo por meio do Resultado - (VRJ);

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem de:

- O modelo de negócios no qual são administrados;
- As características de seus fluxos de caixa Teste de Somente Principal e Juros (SPPJ) - (“Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test”.)

Modelo de negócios: representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, o Consolidado considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do SPPI Test.

SPPI Test: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Custo Amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado caso atenda às condições previstas no SPPI Test, além do modelo de negócio, e não seja designado ao valor justo por meio do resultado. Em relação aos instrumentos mensurados ao custo amortizado, os juros auferidos são apurados mediante aplicação do método de juros efetivos, deduzindo a amortização do principal e juros, ajustados das provisões para perda de crédito esperada.

Taxa de Juros Efetiva

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro. Para o cálculo da taxa de juros efetiva, o Consolidado estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos. A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O Consolidado classifica a hierarquia de valor justo conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração. O detalhamento sobre o valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo Derivativos, bem como sobre a hierarquia de valor justo estão detalhados na nota 8.

A parcela da variação do valor justo decorrente de alterações no risco de crédito próprio do Consolidado é reconhecida no resultado para os passivos financeiros derivativos líquidos dos efeitos tributários.

O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros ao valor justo, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Perdas líquidas de ativos e passivos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o Consolidado transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa. Caso contrário, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa.

Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Redução ao valor recuperável (“impairment”)

O Consolidado reconhece provisões para perdas de crédito esperadas com relação aos instrumentos financeiros que não são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Nenhuma perda por redução ao valor recuperável (“impairment”) é reconhecida em instrumentos de capital.

O Consolidado mensura as provisões para perdas a um valor igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil, exceto para os instrumentos abaixo, para os quais são registradas como perdas de crédito esperadas em 12 meses:

- instrumentos de dívida que apresentam um baixo risco de crédito na data de encerramento; e
- outros instrumentos financeiros nos quais o risco de crédito não aumentou substancialmente desde o seu reconhecimento inicial.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

O Consolidado estima a perda por redução ao valor recuperável de crédito por meio de provisão para perdas esperadas de crédito (“Expected Credit Losses” - “ECLs”). As ECLs são reconhecidas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. A medição das ECLs deve refletir:

- a. Uma quantidade ponderada e imparcial de probabilidades que é determinada pela avaliação de uma determinada quantidade de resultados possíveis;
- b. O valor do dinheiro no tempo; e
- c. Informações razoáveis e passíveis de verificação sobre eventos passados, condições econômicas atuais e previsões de condições econômicas futuras.

A mensuração da ECL também reflete como o Consolidado administra os instrumentos financeiros.

Classificação dos instrumentos financeiros por estágios

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são medidos usando um modelo de três estágios, com base nas mudanças na qualidade de crédito do instrumento financeiro desde quando foi inicialmente reconhecido:

- **Estágio 1** - instrumentos financeiros ativos que não tiveram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial;
 - **Estágio 2** - instrumentos financeiros ativos que experimentaram um aumento significativo no risco de crédito; e
 - **Estágio 3** - instrumentos financeiros que foram considerados como ativos problemáticos.
-

Metodologia de estimativa de perda esperada “impairment”

- **Probabilidade de “default” (“PD”)**: O modelo estima a probabilidade de “downgrade” e a inadimplência a cada trimestre. As PDs de 12 meses de duração e para vida toda da operação representam a probabilidade de inadimplência que ocorre nos próximos 12 meses e o vencimento remanescente do instrumento, respectivamente. O modelo considera variáveis como região, indústria, segmento específico e outras informações específicas do cenário e do tomador. As PDs são determinadas por operação com base nas classificações de risco e outras características.
- **Exposição à inadimplência (“Exposure at default - EAD”)**: O modelo prevê a exposição bruta em caso de inadimplência do tomador como uma porcentagem do compromisso total na data de relatório em um determinado ambiente macroeconômico. O modelo estima a probabilidade de mudança na utilização e na direção e magnitude dessa mudança. As variáveis consideradas incluem exposição e utilização na data do relatório, finalidade da operação, indústria além de fatores macroeconômicos.
- **Perda em Função da Inadimplência (“Loss Given Default - LGD”)**: O modelo estima as perdas esperadas em determinados ambientes macroeconômicos na EAD, dado o evento de inadimplência e, levando em conta, entre outros atributos, o efeito mitigador da garantia e o valor do dinheiro no tempo.

A ECL de 12 meses é calculada por meio da utilização da PD de 12 meses, EAD e LGD. A ECL para a vida toda da operação é calculada usando a PD para esse mesmo período.

Modificação de Fluxos de Caixa Contratuais

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são renegociados ou de outro modo modificados e isso não altera substancialmente seus termos e condições, o Consolidado não efetua sua baixa. Contudo, o valor contábil bruto desse ativo financeiro é recalculado como o valor presente dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados, descontados pela taxa de juros efetiva original e os efeitos da modificação são reconhecidos no resultado.

Quaisquer custos ou taxas incorridos ajustam o valor contábil modificado e são amortizados ao longo do prazo restante do ativo financeiro.

Se, por outro lado, a renegociação ou modificação alterar substancialmente os termos e condições do ativo financeiro, o Consolidado reverte o ativo original e reconhece um novo. A data da renegociação é, conseqüentemente, considerada a data de reconhecimento inicial do novo ativo para fins de cálculo de perda de crédito esperada, inclusive para determinar aumentos significativos no risco de crédito.

O Consolidado também avalia se o novo ativo financeiro pode ser considerado como originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito, especialmente quando a renegociação foi motivada por dificuldades financeiras do devedor. Diferenças entre o valor contábil do ativo original e o valor justo do novo ativo são reconhecidas imediatamente na Demonstração Consolidada do Resultado.

Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando o Consolidado transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de sua propriedade. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar o envolvimento contínuo relacionado à transação.

Se houver a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

I. Classificação e Mensuração de Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto por:

- Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado: classificação aplicada a derivativos. O Consolidado poderá designar passivos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento.

Baixa e Modificação de Passivos Financeiros

O Consolidado baixa um passivo financeiro do Balanço Patrimonial Consolidado quando ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liberada, cancelada ou vencer.

Uma troca de instrumento de dívida ou modificação substancial dos termos de um passivo financeiro é contabilizada como extinção do passivo financeiro original e um novo é reconhecido.

Uma modificação substancial dos termos contratuais ocorre quando o valor presente do desconto dos fluxos de caixa sob os novos termos, incluindo quaisquer taxas pagas/recebidas e descontadas usando a taxa de juros efetiva original, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa restante do passivo financeiro original.

Compensação de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros devem ser compensados, isto é, apresentados pelo valor líquido nos balanços patrimoniais consolidados, se (i) existir um direito legal corrente e executável para liquidar o montante por seu saldo líquido e (ii) se houver a intenção de liquidação simultânea do ativo e do passivo.

3.6) Arrendamentos

O Consolidado é arrendatário, principalmente, de bens imóveis (ativos subjacentes) para realização de suas atividades comerciais. O reconhecimento inicial ocorre na assinatura do contrato, na rubrica Outros Passivos, que corresponde ao total dos pagamentos futuros a valor presente em contrapartida ao Ativo de Direito de Uso, depreciados de forma linear pelo prazo do arrendamento e testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável. A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica Despesas de juros e similares na Demonstração consolidada do resultado.

3.7) Ativos tangíveis

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os benefícios, riscos e controles desses bens. O imobilizado é apresentado ao custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando-se as taxas que contemplam a vida útil- econômica do bem.

O Consolidado, anualmente ou quando houver qualquer evidência, avalia se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser reestimada).

3.8) Provisões e passivos contingentes

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando o Consolidado tem uma obrigação presente ou não formalizada (obrigação construtiva) como resultado de eventos passados; e que seja provável a saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado confiavelmente. As provisões para passivos contingentes de natureza tributária, trabalhista e cível, quando aplicável, são constituídas e reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito das ações e a opinião de seus consultores jurídicos, bem como, modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar das incertezas inerentes ao seu prazo e valor.

Quando há um grupo de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada pelo Consolidado, levando-se em consideração o grupo de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído no mesmo grupo de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como “Despesas de juros e similares”.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

3.9) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos (“impostos sobre a renda”). Os impostos sobre a renda são reconhecidos nas demonstrações consolidadas dos resultados, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Neste caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

A provisão para imposto de renda federal foi constituída utilizando a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 mil no exercício. Considerando que o Consolidado é composto pelo Banco, como líder, e por sua subsidiária integral, Corretora, a provisão para contribuição social foi constituída: (i) para o Banco, à alíquota de 20% do lucro tributável, e (ii) para a Corretora, à alíquota de 15% do lucro tributável.

Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente.

Considerando as perspectivas de realização dos ativos fiscais diferidos, em 31 de dezembro de 2024 o Consolidado manteve registrado:

(i) crédito tributário de IRPJ com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) crédito tributário relativo à CSLL o qual foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários.

A compensação dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social com resultados positivos em exercícios futuros está limitada a 30% do referido lucro se maior que o total de ativo diferido constituído.

Para atendimento aos requerimentos do IAS 12, é efetuada a compensação de um imposto diferido ativo contra um imposto diferido passivo se, e apenas se, estiverem relacionados a impostos sobre a renda lançados pela mesma autoridade fiscal, e houver um direito por força de lei de compensar os impostos correntes ativos contra os impostos correntes passivos.

3.10) Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos totalmente dentro de doze meses após o final do exercício em que os serviços foram prestados. A contabilização é direta e as respectivas obrigações são mensuradas em bases não descontadas. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, contribuições para a seguridade social, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários.

(b) Benefícios pós-emprego

Correspondem aos benefícios que serão pagos após o período de emprego. O Consolidado somente disponibiliza aos seus funcionários os planos de contribuição definida.

Um plano de contribuição definida é aquele onde o Consolidado faz aportes a uma entidade separada, onde não há responsabilidade do Consolidado (legal ou construtiva) de fazer aportes adicionais, caso o fundo não tenha recursos suficientes para pagar todos os funcionários, isto é,

os riscos recaem sobre o empregado.

(c) Benefícios rescisórios

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o emprego é rescindido pelo Consolidado antes da data normal de aposentadoria ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca do respectivo benefício. Estes benefícios são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas se as entidades estiverem dispostas e comprometidas com a rescisão, geralmente através de um plano formal e detalhado, que não pode ser suspenso ou cancelado. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados ao seu valor presente.

O Consolidado disponibiliza assistência médica pós-emprego aos seus funcionários como forma de benefícios rescisórios, de acordo com as regras definidas na convenção coletiva das Instituições Financeiras.

3.11) Plano de pagamento baseado em ações

Os funcionários elegíveis do Consolidado participam do Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. através do recebimento de opções de ações de incentivos e de unidades de ações restritas (RSUs) por serviços prestados à empresa. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão, sendo a despesa do valor justo do serviço recebido auferida refletida no resultado ao longo do período de aquisição de direito (vesting period), que tem como referência o valor justo das opções na data da outorga excluindo os impactos de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não sejam variáveis de mercado.

The Goldman Sachs Group, Inc. paga equivalentes de dividendos em dinheiro em RSUs em circulação. O Consolidado firmou contrato de reembolso sob o qual está comprometido a pagar o valor justo na data de concessão, bem como movimentos subsequentes no valor justo desses prêmios para o The Goldman Sachs Grupo Inc. no momento da entrega das RSUs para seus funcionários.

As variações da marcação a mercado (MTM) e as variações cambiais das RSUs são registradas contabilmente no passivo em contrapartida ao resultado do exercício.

3.12) Reconhecimento de receitas e despesas

(a) Receitas e despesas de juros e similares

As receitas e despesas de juros e similares que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

Este método calcula o custo amortizado de um instrumento financeiro e aloca a receita ou despesa de juros durante a duração do respectivo instrumento. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados pela vida esperada do instrumento ou quando apropriado por um período menor. Quando do cálculo dessa taxa, o Consolidado estima os fluxos de caixa, levando em consideração todos os termos contratuais do instrumento, mas sem considerar futuras perdas de crédito. O cálculo inclui todas as taxas e comissões diretamente atribuíveis à operação.

(b) Receitas de comissões e prestação de serviços

As comissões e prestações de serviços recebidas são reconhecidas nas demonstrações consolidadas dos resultados utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, são reconhecidas no resultado quando recebidas ou pagas;
- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período de tempo em que perdurar a prestação destes serviços;
- As receitas e despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço cujo valor seja incerto ou cujo estabelecimento do direito de receber ou pagar esteja condicionado a um ou mais eventos futuros cuja ocorrência seja incerta são reconhecidas em um único ato quando o valor a receber ou a pagar se tornar conhecido ou quando o evento futuro de fato se concretizar. O recebimento deste tipo de comissão é auferido em prestações de serviço de assessoria financeira.

3.13) Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Dividendos e juros sobre capital próprio

O Consolidado pode declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço patrimonial. Os dividendos, ainda não pagos, são contabilizados como um passivo no final de cada exercício.

Os dividendos e os juros sobre capital próprio são calculados e pagos de acordo com o resultado das Demonstrações Financeiras individuais das entidades consolidadas, que respeitam as normas contábeis brasileiras e regulamentações das instituições financeiras, e não com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS.

4) Estimativas contábeis críticas

A posição financeira e o desempenho do Consolidado são influenciados pelas práticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos da Administração.

Todas as estimativas e premissas requeridas em conformidade com as IFRS são as melhores estimativas de acordo com as regras aplicáveis. As estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas e baseadas em experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas dos eventos futuros.

As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam maior impacto nos valores contábeis de ativos e passivos estão contempladas abaixo:

(a) Avaliação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação comercial entre partes cientes. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um determinado instrumento financeiro, o valor justo é calculado com base nesse preço.

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo incluem principalmente valores mobiliários classificados como ativos financeiros mantidos para negociação, inclusive instrumentos financeiros e derivativos.

Caso não haja um preço de mercado disponível para o instrumento financeiro, seu valor justo será estimado com base no preço estabelecido em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares (dados observáveis) ou com base em técnicas de avaliação usadas no mercado financeiro considerando, quando aplicável, dados observáveis no mercado, como segue:

- Método de desconto ao valor presente para avaliação de instrumentos financeiros (método aplicável principalmente para instrumentos de dívida, swaps “vanilla” e operações a termo): os fluxos de caixa futuros esperados são descontados ao valor presente utilizando-se as curvas calculadas com base em dados observáveis de mercado (DIs, DDIs Futuros e etc.).
- Modelo Black & Scholes de avaliação de instrumentos financeiros (principalmente operações de opções e swaps exóticos): determinadas informações observáveis de mercado, tais como a diferença entre a oferta de compra e a de venda (bid-offer spread), taxas de câmbio, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado são utilizadas como “inputs” no modelo Black-Scholes com o propósito de se apurar o valor justo dos instrumentos financeiros avaliados sob este modelo.

Mais informações sobre os ativos e passivos financeiros estão descritas na nota explicativa 8 - Valor justo de ativos e passivos financeiros

(b) Mensuração do valor recuperável de ativos financeiros

As perdas decorrentes dos ativos financeiros não mensurados ao valor justo levam em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável (impairment) e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação.

(c) Mensuração do valor recuperável do ativo tangível

O Consolidado apresenta como prática a verificação da existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração envolve critérios subjetivos de avaliação, tais como: análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

(d) Provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas

As provisões são decorrentes de eventos passados e constituídas com base em processos judiciais onde é provável a saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser realizada. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis, as decisões mais recentes nos tribunais e a relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas considerando as alterações das circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Mais informações sobre provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas estão descritas na nota explicativa 16 - Provisão para passivos contingentes e obrigações legais.

5) Gerenciamento de capital

A política de gerenciamento de capital do Conglomerado foi criada em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17. Tal medida está alinhada com as recomendações do Comitê de Basileia para fortalecer o sistema financeiro, incentivar melhores práticas de gestão e avaliações de risco, assegurar a manutenção de valores apropriados de capital e planejar futuras necessidades de capital.

A adequação de capital é de fundamental importância para o Conglomerado. O objetivo do Conglomerado é ser capitalizado de forma conservadora, com relação aos seus níveis de risco e em comparação com as exigências e padrões de referência externos. Assim sendo, o Conglomerado implementou uma política abrangente de Gestão de Capital (“Política”) que se destina a definir e manter um valor apropriado de capital.

Os níveis de capital do Conglomerado são determinados, principalmente, pelos requisitos regulatórios, podendo ser também influenciados por outros fatores, tais como, expectativas de novos negócios e condições de mercado.

Os fatores que influenciam na revisão da política de gestão de capital incluem, dentre outros:

- Leis, regulamentos e orientações regulatórias pertinentes;
- As avaliações de risco do Conglomerado, incluindo os riscos de reputação e estratégicos;
- A avaliação da estrutura de capital ideal do Conglomerado;
- Ambientes de mercado e econômico;
- Os negócios conduzidos pelo Conglomerado; e
- Novos produtos e instrumentos de capital.

Comitê de Gestão de Capital (CMC)

O Comitê de Gestão de Capital do Conglomerado (“Comitê de Gestão de Capital”) teve sua criação determinada e autorizado pelo Comitê de Gestão, em abril de 2014. O Comitê é um fórum de discussão e de tomada de decisões para todos os assuntos relativos à capital, incluindo a definição e aprovação de alterações propostas à Política de Gestão de Capital e à supervisão do processo de planejamento de capital do Conglomerado. Dentre seus deveres e atribuições, destacam-se:

- monitoramento do cumprimento dos limites mínimos de capital determinados pelo CMN e pelo Bacen;
- estabelecimento dos índices de capital, limites internos e dos níveis de alerta;
- conformidade com os requisitos de controle interno, processamento dos mesmos e outros requerimentos regulatórios do Brasil;
- revisão do plano de capital para um horizonte de 3 anos;
- revisão das premissas básicas e metodologias utilizadas no cálculo dos índices de capital;
- assessoria ao Comitê de Gestão no que diz respeito às medidas a serem adotadas quando os níveis de alerta forem atingidos.

Estrutura de capital

O Acordo de Basileia, denominado Basileia III, que trata do estabelecimento de critérios mais adequados ao nível de riscos associados às operações conduzidas pelas instituições financeiras para fins de requerimento de capital regulamentar, está estruturado em 3 pilares:

Pilar 1 - Capital Mínimo Requerido: requerimento mínimo de 8,00% para os ativos ponderados pelo risco.

Pilar 2 - Revisão no Processo de Supervisão: o Supervisor Bancário é o responsável por avaliar como os bancos estão estimando a adequação de suas necessidades de capital em relação aos riscos assumidos.

Pilar 3 - Disciplina de Mercado (Disclosure): estimula maior disciplina do mercado através do aumento da transparência dos bancos, para que os agentes de mercado sejam bem informados e possam entender melhor o perfil de risco do Conglomerado.

O índice de adequação de capital no Brasil é atualmente de 8%, e tem por objetivo garantir que o Patrimônio de Referência seja suficiente para cobrir os riscos decorrentes de operação com ativos e passivos, bem como daqueles registrados em contas de compensação, assegurando à cobertura das exposições aos diversos riscos.

Nos termos da Resolução do CMN nº 4.955/21, o Patrimônio de Referência é composto basicamente pelo somatório do capital de nível I, que compreende o capital e as reservas reconhecidas, e do capital de nível II, que contempla as reservas de reavaliação, instrumentos híbridos e dívidas subordinadas.

O cálculo do capital regulatório do Conglomerado Consolidado para a cobertura de risco baseia-se na Resolução do CMN nº 4.958/21, que dispõem sobre os critérios de apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR). Para fins do cálculo dos requerimentos mínimos, deve ser apurado o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para o risco de crédito, risco de mercado - composto pelos riscos das exposições em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial, das operações sujeitas à variação das taxas de juros, das operações sujeitas à variação do preço de commodities, das operações sujeitas à variação do preço de ações, das operações classificadas na carteira de negociação sujeitas ao risco de crédito, das operações sujeitas ao risco de variação do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte - e risco operacional. O cumprimento dos limites acerca do capital regulatório é estritamente observado e seguido pela administração e monitorado diariamente pelas áreas de Controladoria e Riscos. O Índice de Basileia em 31 de dezembro de 2025 é de 33.27% (2024 - 27.08%).

	2025	2024
Capital qualificado para o nível 1	5.010.874	4.046.068
Patrimônio de referência - PR	5.010.874	4.046.068
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	15.060.685	14.939.745
RWA risco de crédito	3.977.248	4.150.700
RWA risco de mercado	7.638.423	7.796.382
RWA risco operacional	3.445.014	2.992.663
Índice de Basileia	33,27%	27,08%

O Conglomerado não possui instrumentos híbridos de capital e dívida, instrumentos de dívida subordinada ou demais instrumentos financeiros autorizados pelo BACEN a integrar os Níveis I e II do PR, bem como participação em instituição financeira no exterior ou excesso de recursos aplicados no Ativo Permanente onde seja necessária qualquer dedução conforme a Resolução CMN nº 4.955/2021.

Limite de exposição por cliente: nos termos da legislação em vigor, o limite máximo de exposição total às contrapartes é de 25% (vinte e cinco por cento) do Capital Regulatório Nível 1 do Conglomerado. O limite abrange todas as exposições de crédito sujeitas a requerimento de capital que tenham como contraparte pessoa natural ou jurídica.

Limite de Exposição Cambial: De acordo com o artigo 2 da Resolução CMN nº 4.956/21, o limite máximo de exposição cambial foi estabelecido em trinta por cento (30%) do Patrimônio Líquido do Conglomerado. O limite também abrange exposições cambiais de subsidiárias e dependências localizadas no exterior. O cumprimento de tal limite é diariamente observado e seguido pelo Conglomerado.

Plano de Contingência de Capital (CCP)

O Plano de Contingência de Capital (CCP) do Conglomerado é um manual consolidado que define o gerenciamento de capital, bem como seu plano de ação para manter a adequação do capital durante um período de estresse de mercado.

O CCP fornece uma estrutura para analisar e responder a uma deficiência efetiva ou observada, incluindo, entre outros, a identificação de fatores que desencadeiam uma deficiência de capital, bem como de fatores de redução e possíveis ações. O CCP delinea procedimentos de comunicação apropriados a serem seguidos durante um período de crise, incluindo divulgação interna de informações, bem como garantia de comunicação pontual com interessados externos.

O Conglomerado estabeleceu indicadores de alerta prévio relacionados ao capital no Plano de Contingência de Capital, que são monitorados diariamente, quais sejam:

Índice de Capital de Basileia ("Capital Ratio"): os indicadores estabelecidos servem como alertas prévios de que os índices de capital do Conglomerado estão se aproximando dos índices mínimos; e

Limite de Exposição por Cliente ("Single Name Limit"): assegura que o Conglomerado não tenha exposições superiores a 25% de seu capital de Nível I vinculado a um único cliente ou grupo econômico.

Limite de Exposição Cambial: assegura que o Conglomerado não ultrapasse o limite máximo de exposição cambial estabelecido em trinta por cento (30%) do Patrimônio Líquido do Conglomerado.

Dessa forma, a estratégia do Conglomerado é implementar ações para reduzir riscos com antecedência suficiente em um período de retração (seja idiossincrática ou sistêmica) para evitar atingir os próximos níveis de alerta de riscos.

6) Gerenciamento de risco - Visão geral

O Conglomerado acredita que gerir o risco de maneira eficiente é essencial para o sucesso do seu negócio. Desta forma, conta com abrangentes processos de gestão de risco, através do qual monitora, avalia e administra os riscos assumidos na realização de suas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, jurídico, regulatório e de reputação, incluindo também questões sociais, ambientais e climáticas. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

- **Governança:** A estrutura de governança do Conglomerado detém o conhecimento e a responsabilidade necessários para a tomada de decisão em questões de gestão de risco, bem como para garantir a implantação de tais decisões. A governança tem início com a Diretoria do Conglomerado, que tem um papel significativo na revisão e aprovação das políticas e práticas de gestão de risco, seja diretamente ou através de seus comitês.

- **Processos:** São mantidos pelo Conglomerado diversos processos, procedimentos e controles efetivos que são componentes essenciais à gestão de risco. O Conglomerado aplica uma estrutura rigorosa de controles de limites para controlar riscos em diversas transações, produtos, negócios e mercados. Isso inclui o estabelecimento de limites de risco de crédito e de mercado em diversos níveis, bem como o monitoramento diário destes limites.

- **Pessoas:** A gestão de risco eficiente requer que as equipes que se envolvam na apuração e avaliações destas questões possam interpretá-las adequadamente e possam realizar ajustes contínuos ao portfólio do Conglomerado.

O Comitê de Riscos do Conglomerado (GSBRC) tem a missão de monitorar e controlar os riscos em todas as áreas de negócios que o Conglomerado atua no Brasil. As metodologias de gestão e controles de risco do Comitê são consistentes com as metodologias do Comitê de Risco do Grupo.

As obrigações e responsabilidades do Comitê incluem o monitoramento dos riscos de mercado, crédito, liquidez, operacional e social, ambiental e climático. Ao cumprir essas obrigações e responsabilidades, o Comitê deve considerar, entre outras coisas, o possível efeito de quaisquer oportunidades de negócios, transações, produtos, aquisições, investimentos, atividades ou outros assuntos (“assuntos”) sobre a reputação do Conglomerado.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito é a probabilidade de ocorrerem perdas associadas ao descumprimento das obrigações pactuadas em contrato entre as partes envolvidas.

A definição de Risco de Crédito compreende, entre outros:

- **Risco da contraparte:** possibilidade de não cumprimento das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros;

- **Risco país:** possibilidade de perdas ocorridas em decorrência de eventos em um determinado país ou que afetem um país em particular, podendo incluir, mas não limitando-se a, (i) desenvolvimentos econômicos, políticos e sociais; (ii) desempenho da moeda ou mercado financeiro; (iii) mudanças nas políticas governamentais que podem afetar o ambiente regulatório; (iv) controles ou trocas políticas que restringem a capacidade de remessa de fundos offshore; (v) ou atos de violência ou guerra.

- **Possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;**

- **Possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.**

A exposição ao risco de crédito do Conglomerado está em sua maior parte relacionada às operações de clientes no mercado de balcão. O risco de crédito também é decorrente de recursos financeiros aplicados em outros bancos, operações de financiamento de títulos (tais como operações compromissadas) e recebíveis de corretoras, operadores, câmaras de compensação, clientes e terceiros.

A gestão de risco de crédito é um processo multifacetado que incorpora uma série de funções que requerem julgamento e conhecimento sobre os clientes, países, setores e produtos. Essas funções e processos incluem:

I. **Avaliação de risco:** uma avaliação da chance ou probabilidade de inadimplência por parte do cliente e da contraparte, possibilidade de recuperação, e o impacto dessa inadimplência sobre o Conglomerado;

II. **Mensuração do risco:** cálculo da exposição de crédito atual e potencial durante a duração de uma transação ou carteira de transações e o cálculo do prejuízo resultante da inadimplência por parte do cliente ou da contraparte;

- III. Aprovação transacional e definição de limite para a exposição de crédito: processo pelo qual julgamentos de crédito são feitos, limites estabelecidos e comunicados;
- IV. Monitoramento da conformidade com o limite de exposição de crédito: a avaliação constante da exposição de crédito relativa aos limites estabelecidos;
- V. Reporte da exposição do risco de crédito e a conformidade com os limites de risco de crédito: elaboração de relatórios contendo as informações das exposições de crédito no nível das contrapartes e das carteiras para os gerentes seniores e outras partes relacionadas;
- VI. Gerenciamento de exposições e mitigadores de perdas: gerenciamento de transações e carteiras existentes para minimizar ou eliminar os riscos de crédito das contrapartes. Assim, a gestão de risco de crédito é responsável por avaliar, monitorar e administrar o risco de crédito no Conglomerado com o intuito de antecipar potenciais deteriorações na capacidade da contraparte em honrar suas obrigações.

Identificar e avaliar o risco de crédito é uma função criticamente importante do processo de gestão de risco de crédito. O objetivo é avaliar com precisão várias medidas de risco de crédito, incluindo: exposições correntes e potenciais, o valor de mercado do risco de crédito e sua variabilidade. A identificação e avaliação bem-sucedida dos riscos de crédito permite que o Conglomerado precise, limite e transfira esses riscos adequadamente.

A área de Gestão de Risco de Crédito é independente das unidades geradoras de negócios, reportando-se ao diretor de risco do Conglomerado.

O Grupo GS possui comitês com a responsabilidade de criar e revisar políticas e parâmetros de crédito aplicáveis a todo o Grupo. O GSBRC revisa as políticas globais e as adequa às especificidades do Conglomerado, garantindo assim a conformidade com as exigências regulatórias locais.

As políticas aprovadas por esses comitês estabelecem o nível de aprovação formal necessária para que a Firma assumira uma determinada exposição de risco em relação a um terceiro, no que diz respeito a todos os produtos, levando em consideração quaisquer disposições de compensação, garantias e demais mitigadores de risco de crédito vigentes.

• Análise do risco de crédito

Não existe uma metodologia única para avaliar o risco de crédito que possa ser aplicada a todos os produtos e situações. O Departamento de Crédito desenvolveu várias abordagens de avaliação que são adotadas de acordo com o produto específico ou área de negócio, dentre outros fatores. Em todos os casos, o departamento busca ser atual e abrangente na sua avaliação de risco de crédito. As metodologias usadas para avaliar o risco de crédito são frequentemente revisadas e atualizadas com o objetivo de manter sistemas e procedimentos que sejam consistentes com as melhores práticas do setor.

O Departamento de Crédito analisa as contrapartes de acordo com uma estrutura de comitês de classificação de risco que se reúnem pelo menos mensalmente. O principal objetivo dos comitês de classificação de risco é assegurar que: a classificação interna de crédito esteja estabelecida em níveis adequados e que as análises de crédito sejam consistentes, precisas, completas e de alta qualidade. As reuniões do comitê de classificação de risco também oferecem um fórum para a discussão de tendências de crédito em um determinado setor ou segmento e são estruturadas regional ou globalmente (incluindo todas as regiões).

• Metodologias de avaliação do risco de crédito

Exposição Potencial (PE) - Exposição potencial futura, ou simplesmente exposição potencial (PE), é uma das principais métricas usadas para definir e limitar o risco de crédito. Em geral, é definido como uma estimativa do custo de reposição futura de uma transação ou carteira de transações com uma contraparte.

Exposição Corrente (CE) - Exposição corrente é geralmente definida como o valor médio de mercado positivo ou a marcação a mercado atual (MTM) de uma transação ou carteira de transações com uma contraparte após a avaliação de todas as transações com a mesma contraparte.

• Teste de Stress

O Departamento de Crédito usa várias ferramentas de teste de stress para avaliar a sensibilidade do risco de crédito de uma contraparte, área de negócios ou setor a mudanças nos níveis de mercado. O leque das aplicações atuais inclui testes de stress regulares e pré-definidos que rodam automaticamente para todos os principais produtos de derivativos *OTC*. É importante observar que cada cenário de teste de stress não avalia a probabilidade estatística de um evento vir a ocorrer, mas busca avaliar a sensibilidade da carteira selecionada a um evento.

Os testes de Stress são realizados com regularidade para calcular exposições de crédito, incluindo possíveis impactos resultantes de mudanças em fatores de risco de crédito, tais como: taxas de câmbio, taxas de juros, preços de ações. Tais impactos incluem uma ampla gama de movimentos de mercado mais moderados e mais extremos.

• Wrong Way Risk

O Wrong way risk ocorre quando uma exposição a uma contraparte é inversamente correlacionada com a qualidade de crédito da mesma contraparte. O Departamento de Crédito distingue entre *wrong way risks* específicos, onde a exposição está contratualmente ligada de forma adversa à contraparte em si (ou seja, transações de auto referência); e *wrong way risks* gerais, que de maneira mais geral abrangem outras fontes possíveis de correlação positiva entre a exposição e a probabilidade de inadimplência de uma contraparte.

• Exposição máxima ao risco de crédito

O Consolidado mede o seu risco de crédito com base nas possíveis perdas em caso de não pagamento por parte de um cliente ou deterioração das suas condições financeiras, dispondo-se de limites de crédito em diversos níveis (partes envolvidas, grupo econômico, setor, país) para controlar a dimensão de suas exposições de crédito.

Para itens reconhecidos nas demonstrações financeiras (on balance), os valores contábeis são as próprias exposições máximas e estão listados abaixo:

	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	10.320	1.725.533
Ativos financeiros ao custo amortizado	832.929	2.388.218
Aplicações em depósitos interfinanceiros	463.946	814.477
Títulos e valores mobiliários	15.092.891	21.663.348
Instrumentos financeiros derivativos	6.504.364	9.827.943
Outros ativos - Valores a receber de sociedades ligadas	222.055	227.017
Total da exposição ao risco de crédito	23.126.505	36.646.536

• Acompanhamento de inadimplência de crédito

O Departamento de Risco de Crédito acompanha as inadimplências de crédito para os negócios e atividades que estejam dentro de sua esfera de competências. Os responsáveis regionais do time de Workout & Restructuring (W&R) lideram os trabalhos de acompanhamento e mantém uma base de dados centralizada de todas as inadimplências de crédito.

Casos de inadimplência são analisados pela governança de risco e são reportados regulamente para a alta administração dentro do Departamento de Risco de Crédito.

• Classificação por nível de risco

A qualidade de crédito da carteira de ativos financeiros é avaliada com base nos parâmetros do sistema interno de classificação adotado pelo Conglomerado. Tais parâmetros levam em consideração, entre outras características, a classificação do risco de crédito soberano apurado segundo os critérios globais do Grupo. Nesse contexto, o risco de crédito mínimo, geralmente, utilizado para classificar as contrapartes localizadas no país é o risco de crédito soberano.

Assim, os ativos financeiros são classificados por nível de risco de crédito baixo, médio ou alto, sendo:

Nível de risco	Definições
Baixo risco	Baixa probabilidade da contraparte não honrar com suas obrigações
Médio risco	Média probabilidade da contraparte não honrar com suas obrigações
Alto risco	Alta probabilidade da contraparte não honrar com suas obrigações

O Conglomerado administra, determina os limites e controla as concentrações de risco de crédito para clientes individuais ou grupos e segmentos da indústria.

Os principais instrumentos mitigadores de risco de crédito utilizados são:

• Garantias

A forma mais tradicional de mitigação de risco de crédito é a obtenção de garantias. As principais garantias detidas pelo Conglomerado são os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e os depósitos interfinanceiros.

• Limites em instrumentos financeiros derivativos

Globalmente, o Comitê de Risco do Conselho de Administração (Risk Committee of the Board of Directors), e quando necessário o próprio conselho, aprova o Risk Appetite Statement ("RAS") que descreve as considerações qualitativas e quantitativas acerca de limites, cujos apêndices incluem um conjunto de limites de risco para o Grupo e para suas divisões. Além disso, o Comitê de Risco do Conselho de Administração revisa e aprova estes limites e tolerâncias no mínimo anualmente.

Assim, o Comitê de Governança de Risco ("RGC - Risk Governance Committee"), sob a autoridade delegada pelo Comitê de Risco, determina os limites que governam os riscos financeiros da Firma. Os riscos financeiros entendem-se, coletivamente, riscos de crédito, mercado, modelo, liquidez, operacional e seguro. Estes limites são estabelecidos em diversos níveis: globalmente, por divisão, por produto e/ou por unidade de negócio, e são consistentes com os limites aprovados pelo Conselho de Administração.

No Conglomerado, o Comitê de Gestão e o Comitê de Riscos aprovam a Declaração de Appetite a Riscos da Goldman Sachs Brasil, que estabelece os limites aplicáveis especificamente ao Conglomerado.

Os limites de risco são monitorados independentemente pela Divisão de Risco que é responsável pela identificação, escalação e registro das instâncias nas quais limites foram extrapolados. Este departamento também restringe as suas exposições às perdas creditícias decorrentes de posições abertas em derivativos em relação a prazo e montantes envolvidos.

O montante sujeito a risco de crédito é limitado pelos fluxos de caixa líquidos (netted) futuros estimados do instrumento. A exposição a risco de crédito é administrada como parte da política de limites de empréstimos a clientes, adicionando-se exposições potenciais decorrentes de movimentos de mercado. As garantias nem sempre estão presentes nestes tipos de instrumentos, a não ser quando existem depósitos de margem ou operações garantidas por bolsa.

Já o risco de liquidação surge em situações onde o pagamento em caixa ou outro ativo financeiro é feito com base na estimativa do recebimento correspondente do ativo em questão. São estabelecidos limites diários para cada contraparte para cobrir a posição agregada do risco de liquidação.

(b) Risco de mercado

O Conglomerado está exposto ao risco de mercado que corresponde ao risco de perdas no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros flutuem devido a mudanças de mercado.

A carteira do Conglomerado é mantida com o principal intuito de formar mercado para clientes e para atividades de investimento e crédito. Deste modo, mudanças na carteira baseiam-se nas solicitações de clientes e em oportunidades de investimento. A contabilização das carteiras é realizada a valor justo e, portanto, com flutuação diária.

As categorias de risco de mercado incluem:

- **Risco de taxa de juros:** resultante, principalmente, das exposições às mudanças no nível, declive (slope) e inclinação das curvas de juros, nas volatilidades das taxas de juros, velocidade de pré-pagamentos e aos spreads de crédito;
- **Risco de preço das ações:** decorrente das exposições às mudanças nos preços e volatilidades de cada ação, cestas de ações e índices de ações;
- **Risco de taxa de câmbio:** resultante das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros (forward) e volatilidades das taxas de câmbio;
- **Risco de preço de commodities:** decorrente das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das mercadorias “commodities”.

Os riscos são monitorados e controlados por meio de uma supervisão rigorosa e também através das funções independentes de controle e de suporte, que se estendem a todos os negócios globais do Conglomerado.

Os relatórios de risco incluem detalhes sobre os riscos principais, os drivers e as mudanças para cada negócio, sendo distribuídos para a alta administração das áreas de negócios e para as áreas de suporte independentes.

O Departamento de Risco de Mercado, de acordo com suas políticas, avalia e reporta riscos de mercado à alta Administração no Brasil e para o GSBRC, monitora os níveis de risco em relação aos limites estabelecidos e avalia a integridade dos dados.

O Departamento de Risco de Mercado, que é independente em relação às unidades que geram receitas, está diretamente subordinada ao Diretor Global de Riscos (CRO global) e tem a responsabilidade principal de avaliar, monitorar e gerir riscos de mercado.

As políticas são revisadas e aprovadas no mínimo anualmente ou quando da existência de modificações materiais, sendo submetidas para a aprovação do GSBRC, cujos representantes incluem diretores do Conglomerado.

São empregadas diversas métricas de risco para calcular a dimensão das perdas em potencial, tanto para movimentos de mercado suaves como para os mais extremos, dentro de horizontes de curto e longo prazo. As métricas de risco usadas para horizontes de curto prazo incluem VaR (“Value at Risk”) e métricas de sensibilidade (análise de cenários e teste de estresse). Para horizontes de longo prazo, as principais métricas de risco são os testes de estresse (“stress-test”).

Value at Risk: O VaR é a perda potencial em valor das posições em uma carteira devido a mudanças adversas de variáveis de mercado, em um determinado período de tempo, com um grau de confiança, sendo normalmente empregado um horizonte de um dia com 95% de confiança. O modelo captura riscos e a diversificação do risco agregado do Conglomerado, o qual avalia a exatidão do modelo através de backtesting diário.

Fator de risco	2025	2024
Taxa de juros	8,20	7,93
Moedas	0,61	2,41
Ações	6,27	2,35
Commodities	0,06	-
Total	13,32	11,45
Efeito da diversificação	(1,82)	(1,24)

- **Análise de cenários e teste de estresse:** Análise de cenários e testes de estresse mostram os possíveis efeitos nos resultados do Conglomerado de vários eventos de mercado, incluindo, mas não limitado a: um grande aumento em spreads de crédito, uma queda substancial no mercado de ações e movimentos significativos em mercados emergentes.
- O Conglomerado utiliza limites de risco em diversos níveis para gerenciar o seu “apetite” de risco através do controle de suas exposições ao risco de mercado. Tais limites são revistos frequentemente e alterados permanente ou temporariamente para refletir as mudanças nas condições de mercado, de negócios ou de tolerância ao risco.
- Os limites também são monitorados diariamente pelo Departamento de Risco de Mercado que monitora os níveis de risco relativos aos limites implementados. O Departamento também monitora violações de limite, assim como reporta periodicamente vários resumos com informações

sobre limites.

(c) Risco operacional

O Conglomerado define risco operacional como o risco de perda e efeitos inesperados resultantes de processos internos falhos ou inadequados, pessoas, sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Risco operacional pode ocorrer em qualquer parte do Conglomerado, não apenas limitando-se às áreas de operações, e seus efeitos, podem estender-se além das perdas financeiras.

As potenciais hipóteses de eventos de perda, relacionadas ao risco operacional interno e externo, incluem:

- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Execução, entrega e gestão de processos;
- Descontinuidade de negócios e falhas de sistema;
- Gerenciamento de recursos humanos e segurança no trabalho;
- Danos em ativos físicos;
- Fraude interna; e
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Conglomerado;
- Aqueles que acarretem a interrupção das atividades do Conglomerado.

O Conglomerado possui política de gerenciamento de risco operacional, que é aprovada anualmente pelo GSBRC e pela diretoria do Conglomerado.

A gestão de riscos operacionais é incorporada em todos os elementos do Conglomerado e é amparada por meio da promoção de uma forte cultura de controle e de uma estrutura organizacional que reflete essa filosofia. O Conglomerado associa abordagens “top-down” e “bottom-up” para gerir e mensurar o risco operacional. De um ponto de vista “top-down”, a alta Administração tem a responsabilidade de avaliar os perfis de risco operacional no nível do Conglomerado e dos negócios. De um ponto de vista “bottom-up”, as áreas de negócio e de apoio/controle têm a responsabilidade básica de gerir riscos diariamente; elas identificam, minimizam e relatam os riscos operacionais à alta administração. As tendências na atividade de gestão de riscos operacionais “bottom-up” são monitoradas pelo Departamento de Risco Operacional e discutidas com a Administração como parte do processo “top-down”.

A gestão também é realizada por meio da aplicação de padrões globais que contemplam entre outras atividades, treinamento, supervisão e desenvolvimento da equipe; participação ativa e compromisso da Administração sênior com o processo constante de identificação e combate aos principais riscos operacionais em todo o Conglomerado; e uma estrutura de departamentos de controle fortes e independentes que monitoram o risco operacional diariamente.

Em conjunto, esses elementos formam uma cultura de controle forte e abrangente que serve como alicerce para minimizar eventos que criam risco operacional e eventualmente danos. O Departamento de Risco Operacional tem o objetivo de fortalecer a infraestrutura de gestão de risco do Conglomerado e é uma atividade de gestão de risco independente das unidades geradoras de receita. Sua responsabilidade é o desenvolvimento e implementação de políticas, metodologias e uma estrutura formalizada para a gestão de risco operacional, com o objetivo de minimizar a exposição a esse risco.

A apresentação de relatórios é o mecanismo por meio do qual os dados sobre risco operacional são apresentados à Administração. As linhas de negócio utilizam a apresentação de informações para administrar suas atividades comerciais diárias, resumir o desempenho, as exposições, perdas e outras questões de risco operacional e para submeter dados e contribuir com informações para o Departamento de Risco Operacional.

Os dados de risco operacional em questão são coletados das linhas de negócios e dos grupos de controle e são analisados pelos departamentos em questão com relação à sua exatidão, suficiência e integridade e distribuídos periodicamente ao GSBRC.

(d) Risco de liquidez

Entende-se por risco de liquidez possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de cumprimento de uma ou mais obrigações. Também decorre pela incapacidade de captar recursos suficientes para honrar seus compromissos de curto, médio e longo prazo em volume suficiente para uma posição, afetando o preço do valor dos mesmos.

A liquidez é um aspecto crítico dentro das instituições financeiras, considerando que a maioria das falhas ocorridas nas instituições financeiras está relacionada à liquidez insuficiente. Consequentemente, o Conglomerado possui um conjunto abrangente e conservador de políticas de liquidez e de financiamento para atender a eventos de liquidez de mercado. O principal objetivo é ser capaz de financiar o Conglomerado, a fim de permitir que os principais negócios continuem gerando receitas, mesmo em circunstâncias adversas.

Além disso, o objetivo do Conglomerado é assegurar que o financiamento e gerenciamento de liquidez estejam alinhados com uma exposição aceitável ao risco de liquidez. Nesse sentido, o Conglomerado busca utilizar as fontes de financiamento mais eficientes em termos de custo para permitir que o

Conglomerado aproveite as oportunidades de negócios.

As informações de maior relevância e os resultados gerados pelos modelos internos de liquidez, incluindo o teste de estresse, são disseminados para a alta gerência no Brasil e no exterior. São disponibilizados para a Diretoria informes com as posições e projeções de fluxos de caixa. Em caso de descumprimento dos limites estabelecidos, a Diretoria é informada de imediato e deverá se reportar ao GSBRC e utilizar de mecanismos para readequação aos limites.

(d.1) Estrutura de Gestão do Risco de Liquidez

O Conglomerado estabeleceu uma estrutura abrangente para a gestão do risco de liquidez, a fim de assegurar a existência de liquidez suficiente, mesmo em períodos de estresse. Esta estrutura inclui:

- Políticas de financiamento e de gestão de liquidez;
- Medidas de controle, limites e monitoramento de liquidez;
- Infraestrutura do pessoal para financiamento e gestão de liquidez;
- Plano Contingente de Financiamento

As estratégias, políticas e limites são estabelecidos com base na política de gestão de risco de liquidez global do Grupo, adaptado para refletir as necessidades específicas do Brasil. Estes três itens são propostos e implementados pela equipe da Tesouraria Corporativa responsável pelo gerenciamento de risco de liquidez no Brasil, e aprovados pela governança de risco local, conforme estabelecido nas políticas de gerenciamento de risco de liquidez e no plano de contingência de liquidez do Conglomerado

• Comitê de Risco do Goldman Sachs do Brasil (GSBRC)

O Comitê recebe atualizações sobre a gestão de liquidez e assuntos de financiamento e supervisiona regularmente essas atividades, verifica a confiabilidade da política existente e também aprova quaisquer alterações e revisões da política e seus limites relacionados.

(d.2) Políticas de financiamento e gestão de liquidez

As políticas estabelecem diretrizes para a gestão de liquidez e financiamento e mitigação de riscos durante o curso normal dos negócios, bem como em períodos de escassez de liquidez devido a circunstâncias imprevistas.

• Necessidades de financiamento

O mix de negócios inclui operações de consultoria de investimento, renda fixa, commodities, câmbio, futuros e operações com derivativos. As atividades relacionadas a consultoria de investimento não geram necessidades diárias de financiamento.

As operações de câmbio eventualmente resultam em necessidades de financiamento intradiário ou de curto prazo. Assim, as necessidades gerais do Conglomerado são principalmente atribuíveis a negócios em renda fixa, futuros e negócios em moeda estrangeira. As necessidades de financiamento são principalmente impulsionadas pela negociação diária, margem de variação e movimentos de garantias decorrentes de operações Bolsa ou Balcão.

As transações estruturadas são aquelas que geram necessidades significativas de financiamento intradiário ou overnight (ou mais longas) que geralmente não acontecem diariamente. Exemplos dessas transações são: IPOs, compra de ativos ilíquidos ou grandes operações de câmbio com clientes.

A análise e as decisões sobre a capacidade do Conglomerado para fornecer financiamento para tais necessidades especiais decorrentes de grandes negócios são feitas coletivamente pela Tesouraria Corporativa (Corporate Treasury) e pelo GSBRC.

• Liquidez no Brasil

O Conglomerado mantém sempre uma reserva de liquidez no Brasil para cobrir as necessidades de financiamento em um cenário de estresse e também para mitigar o risco de liquidez intradiário. O tamanho desta margem de liquidez deve ser igual ou maior que o “Modeled Liquidity Outflow (MLO)” acrescido da reserva de risco de liquidez intradiária para um determinado dia.

A margem de liquidez é investida em títulos públicos e operações com opção de recompra, uma vez que estes são os ativos mais líquidos no mercado brasileiro.

• Reserva de liquidez

O Conglomerado mantém uma reserva mínima de liquidez para atender potenciais perdas de caixa, em um cenário de estresse, incluindo as obrigações contratuais. O tamanho dessa reserva é baseado em um modelo interno de liquidez juntamente com uma avaliação qualitativa das condições de mercado e do Conglomerado.

• Gerenciamento de ativos e passivos

A estratégia de captação do Conglomerado conta com uma avaliação das características de todos os ativos em relação ao seu período de retenção estimado e sua potencial perda de liquidez no mercado em uma situação de estresse. Além disso, os vencimentos e diversificação das captações com e sem garantia são gerenciados sob uma perspectiva de mercado, de produtos e de contrapartes.

(d.3) Fontes de Financiamento

- **Empréstimos não comissionados**

O Conglomerado pode tomar empréstimos sem compromisso de sua controladora, o Grupo GS, atendendo às suas necessidades de liquidez em moeda estrangeira.

O Conglomerado também tem a capacidade de emitir CDIs e CDBs - certificados de depósito - para clientes institucionais e corporativos, assim como notas estruturadas.

- **Compromissadas**

O Conglomerado tem acesso ao mercado interbancário de compromissadas. O mercado de compromissadas lastreadas em títulos públicos é a opção mais segura, líquida e econômica no mercado local de financiamento com garantia. Portanto, este tende a ser o instrumento de captação de recursos mais amplamente utilizado no Brasil por bancos, incluindo o Conglomerado.

O sistema de leilões compromissados do BACEN do Brasil também é uma opção para as instituições financeiras e é eficiente em termos de custos e liquidez.

- **Financiamento intradiário**

Todos os bancos autorizados a operar no Brasil no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiros ("SPB") têm acesso ao redesconto junto ao BACEN, o que permite que essas instituições tenham acesso a contratos de recompra com títulos públicos de sua carteira, ou seja, necessidades de liquidez intradiária sem custo.

(d.4) Diversificação de financiamento

- **Diversificação de fontes de financiamento**

O Conglomerado busca diversificar suas fontes de financiamento por meio de financiamentos, empréstimos garantidos (compromissadas) e instrumentos de financiamento não garantidos e empréstimos entre empresas de sua controladora como fonte de financiamento de curto e longo prazo, dependendo de suas necessidades.

O Conglomerado também estabelece linhas de crédito com bancos terceiros para mitigar o risco de liquidez e garantir a estabilidade de seu financiamento. Além disso, a captação intradia é obtida na janela de redesconto intradia com o BACEN, linhas bancárias intradia ou cheque especial. Se houver falta de liquidez, o Conglomerado usará seu colchão composto de sua base de capital excedente, empréstimos a prazo no Brasil ou no exterior, e empréstimos entre empresas do grupo.

- **Diversificação da base de credores**

O Conglomerado pode acessar o Grupo GS e outras instituições financeiras no Brasil como fontes de financiamento de curto e longo prazo. Além disso, o Conglomerado também busca evitar a dependência de qualquer instituição financeira em particular, por meio da diversificação e monitoramento de credores sediados no Brasil.

A base de credores do Conglomerado no Brasil pode consistir principalmente de bancos comerciais locais e internacionais que operam no Brasil, e também pode incluir clientes institucionais e corporativos. Dada a importância de relacionamentos sólidos com credores para que tenha acesso à liquidez, o Conglomerado mantém contato direto com seus principais credores regularmente. Para limitar sua dependência de um único credor, o Conglomerado alterna o uso de recursos entre os diferentes bancos que oferecem linhas de crédito.

- **Diretrizes de Emissão de Certificados de Depósitos**

O Conglomerado poderá emitir CDBs e CDIs, que são certificados de depósito que estão custodiados e liquidados na CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos). Os CDBs e CDIs podem ser emitidos para fins de garantia de fundos e derivativos.

(d.5) Liquidez dos ativos

O Conglomerado trabalha constantemente para manter uma base de ativos líquidos de acordo com as estratégias de negócios. A maioria das posições de estoque são marcadas no mercado diariamente. O Conglomerado procura assegurar a disponibilidade de liquidez imediata e, portanto, mantém liquidez no Brasil sob a forma de títulos públicos e acordos de recompra, que podem ser utilizados como fontes de financiamento em

situações de emergência.

(d.6) Metodologia

A equipe de Tesouraria Corporativa do Grupo GS mantém um teste de estresse específico, o GSBR MLOi, para calcular as saídas de liquidez de curto prazo (horizonte de 30 dias) do Conglomerado em um cenário de mercado estressado.

GSBR MLOi identifica e estima as saídas de caixa e garantias em uma crise de liquidez, incluindo:

- d. Vencimentos futuros, rolagem e risco de recompra de fundos não garantidos;
- e. Derivativos e outras margens e saídas de garantias devido a movimentos de mercado ou aumento de requisitos;
- f. Liquidação de transações de câmbio;
- g. Futuras saídas de caixa e outros pagamentos de grande porte e linhas de crédito comprometidas não utilizadas.

(d.7) Risco de liquidez intradiária

O tamanho da necessidade de liquidez intradiária para o Conglomerado é projetado por um modelo utilizado globalmente para essa tarefa, com a inclusão de suposições específicas para o mercado brasileiro e as peculiaridades do Conglomerado.

Além disso, a equipe de Operações do Brasil prepara uma projeção diária de liquidez intradiária como parte do processo de projeção de caixa usando sua ferramenta existente. Esta equipe é responsável pelos acordos de valores mobiliários com custódias, compensações e permutas, o que está muito ligado ao risco de liquidez intradiário devido aos tempos de corte e às janelas aplicáveis.

A margem de risco de liquidez intradiária do GSBR MLOi é um limite mínimo de liquidez que não pode ser violado de acordo com as políticas internas do Conglomerado e da matriz. Em caso de extrapolação desse limite, a equipe de Tesouraria Corporativa reportará o assunto ao GSBRC.

Globalmente, a Tesouraria Corporativa monitora a liquidez total e a reserva de risco de liquidez intradiária do MLO, uma vez que a liquidez nunca deve ser menor do que esta margem mínima. Esta é a principal métrica usada para monitorar a liquidez do Conglomerado.

(d.8) Plano de Contingência

O Plano de Contingência de Liquidez do Conglomerado foi criado para fornecer e mitigar as necessidades de financiamento em períodos de escassez de liquidez. O objetivo do plano é garantir uma comunicação e coordenação eficazes em caso de potencial ou existente escassez de liquidez. O plano estabelece um plano de ação para analisar e responder a um evento de risco de liquidez severo, as considerações especiais que devem ser tratadas para determinar o possível impacto desse evento na liquidez do Conglomerado e planos de ação alternativos para ajudar a manter a liquidez na instituição em níveis apropriados.

(d.9) Ratings de crédito

O Conglomerado conta com o mercado de capital de dívida de curto e longo prazo para financiar uma parcela significativa das operações diárias, sendo a disponibilidade de financiamento da dívida influenciada pela classificação de crédito do Conglomerado. A classificação de crédito também é vantagem competitiva em determinados mercados, como o mercado de derivativos OTC, e quando são realizadas transações de longo prazo.

(e) Risco Social, Ambiental e Climático

O Conglomerado define o risco social, ambiental e climático (risco SAC) como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos de natureza social, ambiental e climática, conforme definido no art. 38 da Resolução CMN nº 4.557/17.

O Grupo GS reconhece que pode impactar o meio ambiente através dos ativos que adquire, das atividades que financia e dos investimentos que faz. Desta forma, cada uma das principais áreas de negócios exerce um papel importante, buscando integrar as políticas socioambientais às suas atividades. Estas práticas se estendem à avaliação das práticas de clientes - potenciais ou já existentes - e de parceiros e fornecedores ao tomarmos decisões para iniciarmos novos negócios e/ou relacionamentos.

O Conglomerado segue as diretrizes relacionadas a riscos social, ambiental e climático estabelecidas globalmente e se beneficia de sua estrutura global de gerenciamento de riscos, que conta com especialistas técnicos que auxiliam a estrutura local no estabelecimento do seu apetite a este tipo de risco.

O gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos ocorre através de sistemas e processos de controles internos adequados à complexidade de negócios do Conglomerado e de acordo com os princípios de relevância e proporcionalidade. Nesse intuito, a estrutura de gerenciamento de risco social, ambiental e climático é responsável por garantir condutas na relação com as contrapartes que incluem:

- Avaliar o relacionamento social, ambiental e climático através da aplicação de questionário que aborda aspectos restritivos, como: históricos

ESG, estrutura corporativa de gerenciamento do risco social, ambiental, litígios, processos e questões relacionados a violação dos direitos humanos com as partes interessadas;

- Revisar, periodicamente, contrapartes em relação a seus impactos sociais, ambientais e/ou climáticos;
- Analisar setores econômicos sujeitos a restrições, de acordo com a Política Ambiental Global do Goldman Sachs;
- Mitigar riscos atrelados a: lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, corrupção e suborno;
- Registrar perdas subordinadas a riscos sociais, ambientais e climáticos e aplicação de medidas de mitigação no caso de materialidade relevante para o Conglomerado.

O Conglomerado mantém publicamente disponível em seu sítio eletrônico a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática que estabelece os princípios e diretrizes de natureza social, ambiental e climática que orientam o Conglomerado Goldman Sachs (“Conglomerado”) na gestão de seus negócios, atividades e processos, bem como na sua relação com as partes interessadas.

7) Segregação entre circulante e não circulante

Apresentamos os montantes circulantes e não circulantes a serem recuperados ou liquidados em até 12 meses ou mais do que 12 meses para cada ativo e passivo do balanço patrimonial consolidado:

Ativo	2025	Circulante	Não circulante	2024	Circulante	Não circulante
Caixa e equivalentes de caixa	10.320	10.320	-	1.725.533	1.725.533	-
Ativos financeiros ao custo amortizado	832.929	-	832.929	2.388.218	-	2.388.218
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	22.061.201	15.251.491	6.809.710	32.305.768	25.278.563	7.027.205
Aplicações em depósitos interfinanceiros	463.946	318.202	145.744	814.477	814.477	-
Títulos e valores mobiliários	15.092.891	12.157.500	2.935.391	21.663.348	21.584.146	79.202
Instrumentos financeiros derivativos	6.504.364	2.775.789	3.728.575	9.827.943	2.879.940	6.948.003
Ativos tangíveis	17.350	-	17.350	21.900	-	21.900
Ativos fiscais	128.656	128.656	-	34.638	34.638	-
Outros	128.656	128.656	-	34.638	34.638	-
Outros ativos	1.692.733	1.692.612	121	862.113	842.576	19.537
Total	24.743.189	17.083.079	7.660.110	37.338.170	27.881.310	9.456.860

Passivo	2025			2024		
	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	8.634.669	3.436.664	5.198.005	12.075.031	2.919.169	9.155.862
Instrumentos financeiros derivativos	8.634.669	3.436.664	5.198.005	12.075.031	2.919.169	9.155.862
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	7.515.356	5.608.487	1.906.869	19.369.131	14.444.088	4.925.043
Depósitos de clientes	5.305.572	3.430.994	1.874.578	8.522.018	3.596.975	4.925.043
Captações no mercado aberto	1.888.108	1.888.108	-	1.183.526	1.183.526	-
Obrigações por empréstimos	38.300	38.300	-	9.663.587	9.663.587	-
Certificado de operações estruturadas	283.376	251.085	32.291			
Obrigações fiscais	622.024	202.925	419.099	507.346	507.346	-
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	164.678	164.678	-	296.923	296.923	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	419.099	-	419.099	184.969	184.969	-
Outras	38.247	38.247	-	25.454	25.454	-
Outros passivos	2.804.269	2.687.655	116.614	1.215.091	1.114.467	100.624
Provisões	185	-	185			
Total	19.576.503	11.935.731	7.640.772	33.166.599	18.985.070	14.181.529

8) Valor justo de ativos e passivos financeiros

a. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Apresentamos a composição dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente:

Ativos financeiros	2025		2024	
	Valor contábil		Valor contábil	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	463.946		814.477	
Títulos e valores mobiliários	15.092.891		21.663.348	
Instrumentos financeiros derivativos	6.504.364		9.827.943	
Total	22.061.201		32.305.768	

Passivos financeiros	2025		2024	
	Valor contábil		Valor contábil	
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Instrumentos financeiros derivativos	8.634.669		12.075.031	
Total	8.634.669		12.075.031	

b. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela mostra os registros no contábil e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não são mensurados ao valor justo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente:

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Títulos e valores mobiliários	832.929	833.623	2.388.218	2.388.218
Outros ativos Financeiros	1.400.791	1.400.791	584.238	584.238
Negociação e intermediação de valores	1.400.791	1.400.791	584.238	584.238
Total	2.233.720	2.234.414	2.972.456	2.972.456

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Depósitos de clientes e instituições financeiras	5.305.572	5.305.572	8.522.018	8.522.018
Captações no mercado aberto	1.888.108	1.888.108	1.183.526	1.183.526
Obrigações por empréstimo	38.300	38.300	9.663.587	9.663.587
Certificado de operações estruturadas	283.376	283.376	-	-
Outros passivos	2.215.855	2.215.855	684.449	684.449
Negociação e intermediação de valores	2.215.855	2.215.855	684.449	684.449
Total	9.731.211	9.731.211	20.053.580	20.053.580

Os passivos financeiros não mensurados ao valor justo referem-se a captações de mercado aberto indexadas às moedas dólar e euro e apresentam o valor justo baseado nos fluxos de caixa descontados utilizando taxas de mercado para instrumentos de características similares, quanto ao risco de crédito e vencimento.

A IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo hierarquiza as técnicas de apreçamento a partir dos dados utilizados na mensuração do valor justo.

- **Nível 1:** preços cotados em mercado ativo para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o instrumento seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Este nível engloba derivativos não listados em bolsa de valores e instrumentos de dívida.
- **Nível 3:** informações que não são baseadas em dados observáveis. Incluem instrumentos financeiros derivativos não cotados em mercado ativo.

A tabela abaixo mostra os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por hierarquia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 respectivamente.

2025				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	463.946	-	463.946
Títulos e valores mobiliários	15.011.652	81.239	-	15.092.891
Instrumentos financeiros derivativos (*)	-	6.324.171	180.193	6.504.364
Total	15.011.652	6.869.356	180.193	22.061.201
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Instrumentos financeiros e derivativos	-	8.441.660	193.009	8.634.669
Total	-	8.441.660	193.009	8.634.669

2024				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	814.477	-	814.477
Títulos e valores mobiliários	21.555.813	107.535	-	21.663.348
Instrumentos financeiros derivativos (*)	41.279	11.172.528	26.123	11.239.930
Total	21.597.092	13.076.285	26.123	33.717.755

Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Instrumentos financeiros e derivativos	19.280	13.383.369	62.013	13.464.662

Total	19.280	13.383.369	62.013	13.464.662
--------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------

(*) Os valores estão apresentados antes do efeito decorrente da compensação dos ativos e passivos financeiros.

No exercício findo, houve a reclassificação de instrumentos financeiros do Nível 2 para o Nível 3 da hierarquia do valor justo. Essa alteração foi motivada pela inclusão, no processo de precificação, de um componente estimado e não observável no mercado. No exercício de 2024, não houve reclassificação entre níveis.

Para o nível 3, demonstramos abaixo a movimentação dos ativos e passivos financeiros, em base líquida:

	Instrumentos Financeiros
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.395.423
Novas contratações	(26.482)
Reclassificações	(1.458.686)
Ganhos e perdas reconhecidos	53.854
Saldo em 31 de dezembro de 2024	35.890
Novas contratações	8.763
Liquidações	(136.902)
Ganhos e perdas reconhecidos	79.433
Saldo em 31 de dezembro de 2025	12.816

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os instrumentos financeiros classificados como nível 3 referem-se a opções de ações e moeda, swaps com opcionalidade, liquidados em reais. O apreçamento desses instrumentos envolve parâmetros pouco observáveis, como por exemplo a correlação entre a taxa de câmbio de reais por dólar e o preço de ações, ou volatilidade de taxas de câmbio de longo prazo.

A análise de sensibilidade da mensuração dos instrumentos financeiros classificados no nível 3, utilizando-se premissas razoavelmente previstas, para as posições em aberto em 31 de dezembro de 2025, mostra que o impacto da marcação desses fatores não observáveis nas demonstrações financeiras é considerado não significativo.

Ressaltamos que as variações nos cenários apresentam perspectiva de liquidação imediata destes ativos, o que pode não representar, necessariamente, perda ou ganho por se tratar de situação hipotética.

9) Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa	438	417
Depósito no exterior em moeda estrangeira	7.902	5.718
Banco Central do Brasil - reserva livre	580	583
Aplicações em operações compromissadas	1.400	1.718.815
Total	10.320	1.725.533

10) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

	2025	2024
Ativos financeiros	Valor de Custo	Valor de Custo
Empréstimo	-	301.780
(-) Provisão para perda esperada de crédito	-	(387)
Total	-	301.393
Títulos e valores mobiliários - Fundos de Direitos Creditórios (FIDCs)	833.623	2.094.026
(-) Provisão para perda esperada de crédito	(694)	(7.201)
Total	832.929	2.086.825
Total Ativos Financeiros - Custo Amortizado	832.929	2.388.218

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de empréstimos a clientes totalizava R\$ 301.393, integralmente concentrado no setor privado com partes não relacionadas. A operação foi formalizada por meio de uma Cédula de Crédito Bancário (CCB), com remuneração baseada na variação do CDI acrescida de taxa fixa anual e fluxos de juros semestrais. O vencimento original estava previsto para junho de 2025, no decorrer do exercício de 2025, o contrato foi integralmente liquidado, não remanescendo saldos ou novas contratações.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado referem-se a aplicações em Fundos de Direitos Creditórios ("FIDCs"), no montante de R\$ 833.623, (2024 - R\$ 2.094.026) com vencimento até abril 2027. Os saldos representados pelos FIDCs, refletem investimentos em cotas seniores, cuja rentabilidade se assemelha a uma operação com característica de concessão de crédito, com taxa fixa, cujo valor deriva da quota divulgada pelos administradores dos Fundos, contemplando os resgates e aplicações realizados no período. Em 31 de dezembro de 2025 a provisão para perdas associadas ao risco de crédito para essas operações totaliza R\$ 694 (2024 - R\$ 7.201)

Foi constituída provisão associada ao risco de crédito dos compromissos de crédito no montante de R\$185 (2024 -zero), reconhecida na rubrica "Provisões" no passivo.

A totalidade dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e compromissos de créditos está classificada no estágio 1. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito constituída é considerada adequada pela Administração.

11) Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado

(a) Aplicações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2025 as aplicações no mercado aberto mensuradas ao valor justo no resultado foram classificadas como equivalentes de caixa, de acordo com o prazo de vencimento das operações.

(b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Em 31 de dezembro de 2025, estão constituídas por aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros no valor de R\$ 463.946 (2024 - R\$ 814.477), com vencimento até janeiro de 2028 e taxas correspondentes a 100% do DI.

(c) Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo no resultado é composta por aplicações em títulos públicos, cotas de fundos, debêntures e ações.

O valor de mercado dos títulos públicos e privados representa o seu valor presente, o qual foi calculado com base no fluxo de caixa futuro descontado pelas taxas praticadas no mercado.

O valor da aplicação em quotas do Fundo de Investimento Liquidez da Câmara B3 Multimercado ("FILCB") reflete o valor da última quota divulgada pelos administradores dos fundos, contemplando os resgates e aplicações realizados no período.

O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados:

a. Composição por classificação e tipo

Composição da carteira	2025		2024
	Custo corrigido	Valor de mercado	Valor de mercado
Carteira própria	11.443.944	11.506.854	18.927.693
Títulos Públicos Federais - No País	10.564.738	10.573.665	18.808.125
Títulos Privados de Instituições Financeiras - No País	8.200	8.185	18.333
Ações de Companhias Abertas	871.006	925.004	101.235
Vinculados a compromissos de recompra	1.985.554	1.985.331	1.183.709
Títulos Públicos Federais - No País	1.985.554	1.985.331	1.183.709
Vinculados à prestação de garantias na B3	1.598.780	1.600.706	1.551.946
Títulos Públicos Federais - No País	1.525.726	1.527.652	1.472.744

Cotas de Fundo de Investimento Liquidez - Câmara B3---- Multimercado - FILCB	73.054	73.054	79.202
Total da carteira	15.028.278	15.092.891	21.663.348

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os títulos e valores mobiliários estão classificados na categoria Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado.

b. Classificação e composição por prazo de vencimento

	2025						2024
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado	Valor de mercado
Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado ⁽¹⁾							
Carteira própria	925.004	5.691.126	2.777.114	710.700	1.402.910	11.506.854	18.831.303
Vinculados a compromisso de recompra	-	1.100.725	884.606	-	-	1.985.331	1.295.913
Vinculados à prestação de garantias na B3 ⁽¹⁾	73.054	343.622	435.303	-	748.727	1.600.706	1.536.132
Total	998.058	7.135.473	4.097.023	710.700	2.151.637	15.092.891	21.663.348

(1) Os títulos públicos vinculados a prestação de garantia referem-se às operações realizadas junto à clearing de derivativos B3.

(d) Instrumentos financeiros derivativos

Estão representados por operações de futuros, swap, opções, operações de câmbio, operações a termo de título público e de moeda - NDF (Non-Deliverable Forward) devidamente registrados na B3, envolvendo taxas do mercado interfinanceiro, ações, commodities e variação cambial.

O Consolidado atua no mercado de futuros da B3, principalmente como parte da execução de sua política de gerenciamento de riscos, a fim de reduzir os riscos resultantes de suas operações (macro hedge).

A área de Gerenciamento de Risco é independente e utiliza técnicas globais para mensuração dos potenciais riscos inerentes ao carregamento de suas posições.

A gestão de riscos e os controles internos existentes visam permitir que o Consolidado não se exponha excessivamente à movimentação das taxas de juros, índices de preços, do câmbio e de commodities.

Os controles mantidos são aprovados internamente, adotando-se os parâmetros internacionais utilizados pela organização mundialmente. Tais controles baseiam-se em parâmetros estatísticos, tais como "VaR".

A precificação dos contratos futuros detidos pelo Consolidado é apurada com base nos preços de fechamento divulgados diariamente pela B3.

A precificação das operações de swap e a termo de título público, câmbio e NDF é fundamentada pela geração de curvas de mercado obtidas por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Anbima e a própria B3.

O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, utilizando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para analisar as volatilidades.

• Compensação dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos

Os instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial Consolidado, uma vez que existem acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional e as relações existentes entre as contrapartes está de acordo com as premissas definidas no parágrafo 42 do IAS 32 - Instrumentos Financeiros.

Apresentamos abaixo o efeito de compensação dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos (offsetting):

	2025	
	Ativo	Passivo
Operações de swap	4.010.711	(5.318.983)
Operações de NDF	1.383.660	(1.708.492)
Operações de opções e outros derivativos	1.169.920	(1.745.492)
Termo de Títulos	2.360.472	(2.360.560)

Operações de câmbio	87.313	(8.374)
Total de operações de derivativos	9.012.076	(11.142.381)
Efeito da compensação - transferido	(1.590.266)	917.446
Efeito da compensação - recebido	(917.446)	1.590.266
Total do efeito da compensação (*)	(2.507.712)	2.507.712
Total de operações de derivativos após compensação	6.504.364	(8.634.669)

2024

	Ativo	Passivo
Operações de swap	7.501.847	(8.305.294)
Operações de NDF	1.597.173	(1.435.985)
Operações de opções e outros derivativos	2.108.145	(3.709.779)
Termo de Títulos	2.069.686	(2.069.535)
Operações de câmbio	7.731.266	(7.734.612)
Total de operações de derivativos	21.008.117	(23.255.205)
Efeito da compensação - transferido	(9.650.838)	1.529.336
Efeito da compensação - recebido	(1.529.336)	9.650.838
Total do efeito da compensação (*)	(11.180.174)	11.180.174
Total de operações de derivativos após compensação	9.827.943	(12.075.031)

(*) Os valores de operações com futuros não são considerados no processo de compensação, uma vez que esta compensação é realizada pela B3.

Os valores dos subitens “Composição por indexador”, “Composição do valor nominal por contraparte”, “Composição do valor nominal por local de negociação”, “Comparação entre o valor de custo e o valor justo” a seguir estão apresentados sem efeito de compensação. Ou seja, apresentam a posição antes do processo de compensação.

• **Composição por indexador**

Os valores de registro dos contratos (notional) de determinados instrumentos financeiros permitem uma base de comparação com instrumentos reconhecidos na demonstração de posição financeira consolidada, mas não indicam necessariamente os fluxos de caixa futuros envolvidos ou o valor justo corrente do instrumento e, conseqüentemente, não indicam a exposição do Consolidado.

Os derivativos tornam-se favoráveis (ativos) ou desfavoráveis (passivos) como resultado de flutuações nas taxas de juros de mercado, nas taxas de câmbio, nos preços das ações e preços de mercadorias.

Os instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão representados como segue:

	2025			2024
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor nominal
Operações de swap	4.010.711	(5.318.983)	290.083.872	211.520.183
Ações	-	-	-	416.536
Commodities	17	-	89	121.044
Indexados a Índices de Preços e Taxa de Juros	445.204	(1.202.434)	33.628.614	5.089.815
Moeda Estrangeira	847.304	(1.414.398)	44.033.594	34.556.601
Taxa de Juros Pré - Reais	2.718.186	(2.702.151)	212.421.575	171.336.187
Opções de ações	204.479	(137.184)	5.143.948	12.639.092
Compra de opção de compra	172.790	-	1.210.161	3.728.205
Venda de opção de compra	-	(113.591)	1.552.023	4.525.398
Compra de opção de venda	31.689	-	1.336.698	2.480.785
Venda de opção de venda	-	(23.593)	1.045.066	1.904.704
Opções de moeda	125.360	(120.669)	7.676.758	3.758.575
Compra de opção de compra	75.237	-	1.845.520	1.138.299
Venda de opção de compra	-	(70.771)	3.135.278	1.514.208
Compra de opção de venda	50.123	-	1.595.480	800.534
Venda de opção de venda	-	(49.898)	1.100.480	305.534
NDF (Non-Deliverable Forward) de moedas	1.340.575	(1.665.162)	171.875.151	175.485.996
Posição comprada	681.147	(898.115)	92.713.681	94.047.788
Posição vendida	659.428	(767.047)	79.161.470	81.438.208
NDF (Non-Deliverable Forward) de commodities	43.085	(43.330)	1.794.349	2.495.541
Posição comprada	43.085	-	897.116	1.247.636
Posição vendida	-	(43.330)	897.233	1.247.905
Outros derivativos	840.081	(1.488.119)	7.887.246	5.162.555
Posição comprada	840.081	-	3.718.308	1.102.685
Posição vendida	-	(1.488.119)	4.168.938	4.059.870
Operações com futuros ⁽¹⁾	-	-	2.123.712	2.396.653
Posição comprada - Juros, índice e moeda	-	-	937.978	1.536.895
Posição vendida - Juros, índice e moeda	-	-	1.185.734	859.758
Termo de título público	2.360.472	(2.360.560)	2.362.095	2.069.397
Compra a termo de título público	1.155.764	(1.155.687)	1.156.347	86.256
Venda a termo de título público	1.204.708	(1.204.873)	1.205.748	1.983.141
Contratos de câmbio	87.313	(8.374)	16.330.091	-
Compra de moeda estrangeira	1.764	(7.942)	4.099.005	-
Venda de moeda estrangeira	85.549	(432)	12.231.086	-
Total	9.012.076	(11.142.381)	505.277.222	415.527.992

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os valores a receber e a pagar referentes aos ajustes diários de futuros a liquidar junto à B3, acrescidos dos respectivos emolumentos, estão contabilizados nas rubricas "Outros ativos - Negociação e intermediação de valores" (nota 12) e "Outros Passivos - Negociação e intermediação de valores" (nota 13).

• Composição do valor nominal por contraparte

	2025					2024
	Instituições Financeiras	Corporate/ Setor Público	Institucional	Bolsa	Total	Total
Operações de swap	16.128.280	48.725.844	225.229.748	-	290.083.872	211.520.183
Opções	41.268	2.901.750	3.496.241	6.381.447	12.820.706	16.397.667
Non-Deliverable Forward - NDF	6.371.021	6.266.564	161.031.915	-	173.669.500	177.981.537
Outros derivativos	2.060.620	1.205.074	4.608.822	12.730	7.887.246	5.162.555
Operações com futuros	-	-	-	2.123.712	2.123.712	2.396.653
Contratos de câmbio	499.031	11.340.299	4.490.761	-	16.330.091	
Termo de título público	1.368.659	929	992.507	-	2.362.095	2.069.397
Total	26.486.879	70.440.460	399.849.994	8.517.889	505.277.222	415.527.992

• Composição do valor nominal por prazo de vencimento

	2025				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Operações de swap	44.941.685	70.279.504	94.961.206	79.901.477	290.083.872
Opções	4.716.865	3.941.040	4.162.801	-	12.820.706
Non-Deliverable Forward - NDF	164.122.074	6.762.782	2.547.426	237.218	173.669.500
Operações com futuros	834.183	706.898	222.904	359.727	2.123.712
Outros derivativos	2.262.475	1.594.858	4.029.913	-	7.887.246
Termo de título público	2.362.095	-	-	-	2.362.095
Contratos de câmbio	16.330.091	-	-	-	16.330.091
Total	235.569.468	83.285.082	105.924.250	80.498.422	505.277.222

	2024				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Operações de swap	14.569.224	74.872.594	72.984.709	49.093.656	211.520.183
Opções	6.892.080	3.604.286	5.901.301	-	16.397.667
Non-Deliverable Forward - NDF	169.054.538	3.087.811	5.764.880	74.308	177.981.537
Operações com futuros	1.164.467	72.718	971.289	188.179	2.396.653
Outros derivativos	23.722	3.803.120	1.335.713	-	5.162.555
Termo de título público	2.069.397	-	-	-	2.069.397
Total	193.773.428	85.440.529	86.957.892	49.356.143	415.527.992

12) Ativos tangíveis

O ativo tangível do Consolidado diz respeito ao imobilizado para uso próprio. O Consolidado não tem ativos imobilizados mantidos como propriedade de investimento nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais.

	2025			2024		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Instalações	55.017	(52.267)	2.750	54.340	(50.884)	3.456
Imobilizações em curso	196	-	196	325	-	325
Comunicação	40.882	(32.737)	8.145	39.440	(27.305)	12.135
Processamento de dados	25.123	(18.864)	6.259	21.946	(15.962)	5.984
Total	121.218	(103.868)	17.350	116.051	(94.151)	21.900

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foi reconhecida perda ao valor recuperável de ativos imobilizados.

13) Outros ativos

A composição que demonstra a classificação dos saldos da rubrica "Outros ativos" no balanço patrimonial consolidado é a seguinte:

	2025	2024
Negociação e intermediação de valores ^(a)	1.400.791	584.238
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 18)	222.055	227.017
Ativo de direito de uso (IFRS 16 - Arrendamentos) ^(b)	13.106	18.810
Rendas a receber	34.727	21.848
Diversos ^(c)	22.054	10.200
Total	1.692.733	862.113

(a) Negociação e intermediação de valores

Refere-se a devedores - conta liquidação pendente no montante de R\$ 988.681 (2024 - R\$ 566.623), e a ajustes diários a liquidar no montante de R\$ 412.110 (2024 - R\$ 17.615).

(b) Ativo de direito de uso - Arrendatário

Em 31 de dezembro de 2025, o total de ativo de direito de uso a valor presente reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado monta em R\$ 13.106 (2024 - R\$ 18.810)

(c) Diversos

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os saldos da conta de Diversos são compostos por:

	2025	2024
Rendas a receber ⁽¹⁾	12.009	638
Despesas antecipadas	2.458	2.014
Outros ativos ⁽²⁾	7.587	7.548
Total	22.054	10.200

1. Rendas a receber refere-se, principalmente, a serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestados a terceiros
2. Outros ativos incluem, principalmente, a adiantamento de férias, viagens e fornecedores.

14) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

O saldo dos passivos financeiros ao custo amortizado é composto por:

	2025	2024
Depósitos interfinanceiros (a)	243.244	191.481
Depósitos a prazo (a)	5.062.328	8.330.537
Captações no mercado aberto (b)	1.888.108	1.183.526
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	38.300	9.663.587
Certificado de operações estruturadas (d)	283.376	-
Total	7.515.356	19.369.131

(a) Depósitos de clientes e instituições financeiras

	2025	2024
Depósitos Interfinanceiros	243.244	191.481
De 1 a 90 dias	240.793	-
A vencer após 360 dias	2.451	191.481
Depósitos a prazo	5.062.328	8.330.537
De 1 a 90 dias	2.685.143	542.065
De 91 até 360 dias	502.607	3.915.851
A vencer após 360 dias	1.874.578	3.872.621
Total de depósitos	5.305.572	8.522.018

Depósitos interfinanceiros, representados por captações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros junto a instituições financeiras, foram contratados a taxas equivalentes a 100% do DI.

Depósitos a prazo, representados por captações em Certificados de Depósitos Bancários, contratados a taxas que variam entre 93% e 112% do DI, sendo o montante de R\$ 1.715.291 (2024 - R\$ 3.294.486) correspondente a transações com partes relacionadas.

(b) Captações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R\$ 1.888.108 (2024 - R\$ 1.183.526), sendo R\$ 1.791.073 (2024 - R\$ 1.183.526) correspondentes a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos da carteira própria e R\$ 97.035 (2024 - R\$ 12.005) referente a transações com partes relacionadas.

(c) Obrigações por empréstimos

Em 31 de dezembro de 2025, referem-se a empréstimos captados no exterior junto a The Goldman Sachs Group, Inc., Nova Iorque, com vencimento em até 3 meses, no montante de USD 2.220, convertido pela taxa SPOT de fechamento equivalentes a R\$12.393 (2024 -R\$ 8.168.836) e a empréstimos captados no exterior junto a Goldman Sachs Latin America Holding LLC, com vencimento em até 3 meses, no montante de USD 4.642, convertido pela taxa SPOT B3 de fechamento equivalentes a R\$ 25.907 (2024 - R\$ 1.494.751).

(d) Certificado de operações estruturadas

Em 31 de dezembro de 2025, refere-se à captação por certificados de operações estruturadas (COE), com vencimento até agosto de 2032, no montante de R\$ 283.376.

15) Outros passivos

A composição que demonstra a classificação dos saldos da rubrica “Outros passivos” no balanço patrimonial consolidado é a seguinte:

	2025	2024
Negociação e intermediação de valores ^(a)	2.215.855	684.449
Obrigações com partes relacionadas (Nota 18)	25.267	34.208
Valores a pagar pagamento baseado em ações (Nota 18)	146.158	128.724
Passivos contingentes (nota 16)	-	1.382
Obrigações de arrendamento (IFRS 16) ^(b)	17.937	16.672
Diversas ^(c)	399.592	349.656
Total	2.804.269	1.215.091

(a) Negociação e intermediação de valores

Negociação e intermediação de valores refere-se, principalmente, a ajustes diários a pagar de operações em bolsa com entidades ligadas no montante de R\$ 424.547 (2024 - R\$ 473.183), comissões e corretagens a pagar no montante de R\$ 4.534 (2024 - R\$ 2.065), caixas de registro e liquidação no montante de R\$ 351.265 (2024 - R\$ 38.334) e credores por empréstimos de ações no montante de R\$ 571.425 (2024 - R\$ 97.650),

(b) Obrigações de arrendamento - Arrendatário

O Consolidado é arrendatário, principalmente, de imóveis para uso em suas operações que incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a saída de caixa com arrendamentos totalizou R\$ 19.773 (2024 -R\$ 18.877). Não há contratos de subarrendamento.

Em 31 de dezembro de 2025 o total de passivos de arrendamento a valor presente reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado monta em R\$ 17.937 (2024 -R\$ 16.672)

Valores de arrendamento reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado:

	2025	2024
Despesas de depreciação	(14.953)	(13.604)
Despesa de juros	(11.790)	(4.080)
Total	(26.743)	(17.684)

(c) Diversas

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os saldos estão compostos por:

	2025	2024
Provisão para outras despesas administrativas	18.995	29.462
Provisão para despesas de pessoal ⁽¹⁾	376.031	317.354
Passivos atuariais ⁽²⁾	2.576	1.273
Credores diversos - país	1.990	1.567
Total	399.592	349.656

1. Provisão para despesas de pessoal refere-se, principalmente, a gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 178.870 (2024 - R\$ 195.533) e a impostos sobre gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 53.996 (2024 - R\$ 104.997).
2. O Consolidado oferece plano de saúde para seus colaboradores e dependentes, arcando com uma parcela do custo do plano. O passivo atuarial reconhecido corresponde ao valor presente das obrigações atuariais de longo prazo e é originado pelo subsídio concedido pela Corretora aos colaboradores inativos, correspondendo à diferença entre o custo do beneficiário e sua contribuição esperada ao longo do tempo. O valor registrado contabilmente em “Outros passivos - Passivo atuarial” no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é R\$ 2.576 (2024 - R\$ 1.273).

16) Provisão e passivos contingentes

• Passivos contingentes e provisões trabalhistas classificados como risco de perda provável e possível

Em 31 de dezembro de 2025, o Consolidado figura como parte em litígios de natureza trabalhista, patrocinados por ex-funcionários e ex-prestadores de serviços. Não há passivos trabalhistas a serem provisionados com base nas características individuais de cada ação, classificados como risco de perda provável pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos.

Em 31 de dezembro de 2025, as contingências trabalhistas classificadas como risco de perda possível, com base nos pareceres emitidos pelos consultores legais externos, responsáveis pela condução das ações, totalizam R\$ 121(2024-zero).

• Passivos contingentes e provisões fiscais classificados como risco de perda possível

O Consolidado é parte em processo na esfera administrativa da Receita Federal do Brasil de natureza tributária caracterizado como passivo contingente, referente a IRPJ relativo ao exercício de 2014, em razão da suposta dedução indevida de gratificações pagas a diretores, no valor de R\$ 9.880, (2024 - R\$ 9.163) atualizado pela Selic acumulada desde a data do auto de infração até 31 de dezembro de 2025. O risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução da defesa.

O Consolidado ingressou com transação no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica, conforme detalhada no Edital de Transação por Adesão PGFN/RFB Nº 54, de 14 de agosto de 2025, para processos referentes a (i) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP e (ii) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes de desmutualização da BOVESPA. Aguarda-se consolidação da adesão a transação por parte das autoridades fiscais - pagamentos já integralmente realizados.

17) Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado é representado, em 31 de dezembro de 2025 por 4.698.287.640 (2024 - 2.882.787.640) ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real) cada ação, em conformidade com a regulamentação aplicável.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 22 de dezembro de 2025, foi aprovado o aumento de capital mediante a capitalização de R\$ 1.875.500 oriundo de (i) juros distribuídos a título de remuneração sobre o capital próprio, líquido dos efeitos tributários no montante de R\$ 155.000; (ii) obtido a título de incorporação do saldo Reserva de lucros da Companhia no montante de R\$ 1.720.500, sendo emitidas 1.875.500.000 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real) cada. O aumento de capital foi homologado pelo Bacen em 26 de fevereiro de 2026.

(b) Reservas de lucros, dividendos e juros sobre o capital próprio

Nos termos do artigo 189, da Lei nº 6.404/76, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. Ainda, nos termos do artigo 193 da referida Lei, do Lucro líquido do período, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Conforme mencionado no parágrafo segundo do referido artigo, a Reserva legal tem por fim assegurar a integridade do Capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o Capital.

Nos termos do artigo 25 do Estatuto Social do Banco e da Corretora, a Diretoria poderá declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço ao fim de cada exercício e em 31 de dezembro de cada ano. O pagamento de JCP é efetuado dentro do limite legalmente estabelecido e apurado sobre o lucro do exercício. Com base na Deliberação CVM nº 683/2012 o tratamento contábil dado aos JCP é análogo ao tratamento dado aos dividendos obrigatórios, ou seja, o valor determinado é lançado diretamente na conta de Lucros acumulados.

Em 31 de dezembro de 2025, foi constituída Reserva legal em montante equivalente a 5% do referido Lucro líquido do exercício, no montante de R\$ 50.514 (2024 - R\$ 44.178)

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da rubrica “Reservas de lucros” totaliza R\$ 481.398 (2024 - R\$ 1.349.547) , sendo constituído por “Reserva legal” no montante de R\$ 135.264 (2024 - R\$ 84.750) e “Reserva estatutária” de R\$ 346.134 (2024 - R\$ 1.264.797).

(c) Lucro por ação

O Lucro Líquido por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à Controladora pelo número de ações ordinárias, representado por 4.698.287.640 ações (2024 - 2.882.787.640 ações). Em 31 de dezembro de 2025, o lucro líquido por ação (em reais) é de R\$ 0,22 (2024 - R\$ 0,31). Não há distinção no método do cálculo do lucro por ação básico e diluído.

18) Transações com partes relacionadas

(a) Empresas controladoras e outras partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025, as transações realizadas entre o Consolidado e partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo BACEN, com seus controladores, The Goldman Sachs Group, Inc. e Goldman Sachs Latin America Holding LLC e com as demais empresas coligadas do Grupo Goldman Sachs são demonstradas a seguir:

	2025		2024	
	Ativo/ Passivo	Receita/ Despesa	Ativo/ Passivo	Receita/ Despesa
Aplicações em moedas estrangeiras	383	1.833	-	-
The Goldman Sachs Group, Inc.	383	1.833	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(1.021.977)	(4.737.896)	(103.766)	3.131.614
INSS Consignado Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	-	170	(738)	(5.508)
Goldman Sachs International	(432)	27.308	-	10.299
Goldman Sachs Capital Markets L.P.	-	13	-	-
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	(542.644)	(178.221)	(86.397)	307.648
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado	(478.901)	(4.587.166)	(16.631)	2.819.175
Outros créditos - Negociação e intermediação de valores	675.090	32.660	457.866	32.737
Goldman Sachs International	135.186	32.070	16.221	31.678
Goldman Sachs Capital Markets, L.P.	539.904	539	441.645	826
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado	-	51	-	233
Outros ativos - Valores a receber de sociedades ligadas	222.055	1.510.268	227.017	1.388.929
Goldman Sachs & Co. LLC	140.487	885.051	173.340	930.068
Goldman Sachs Asset Management International	3.088	9.106	3.438	8.650
Goldman Sachs Asset Management, LP.	3.088	9.106	3.438	8.509
Goldman Sachs Capital Markets, LP.	4.455	90.874	1.974	96.947
Goldman Sachs International	53.507	148.841	13.202	106.284
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	271	3.141	226	2.753
J. Aron & Company	14.619	249.727	29.548	219.091
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado	1.338	77.182	1.033	12.107
The Goldman Sachs Group, Inc.	-	-	-	341
Goldman Sachs Bank Europe SE	248	2.059	65	1.262
Goldman Sachs Bank USA	424	4.401	-	-
GSBE SE, Paris Branch	229	28.788	-	-
Valores a receber de outras partes relacionadas	301	1.992	753	2.917
Depósitos a prazo	(1.715.291)	(288.578)	(3.294.486)	(365.459)
Goldman Sachs & Co. LLC	-	(62.611)	(1.185.303)	(125.916)
Goldman Sachs Participações II Ltda.	-	(80)	(573)	(342)
Goldman Sachs Participações Ltda.	-	(90)	(671)	(555)
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	(95.138)	(19.235)	(315.348)	(45.169)
Sphere Fundo de Investimentos Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado	(1.620.153)	(206.562)	(1.792.591)	(193.477)
Obrigações por operações compromissadas	(97.035)	(36.089)	(12.005)	(8.635)
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	(29.998)	(2.413)	(12.005)	(2.518)

Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado	(67.037)	(33.676)		(6.117)
Outras obrigações - Negociação e intermediação de valores	(424.547)	-	-	-
Goldman Sachs International	(423.837)	-	-	-
Goldman Sachs Capital Markets, L.P.	(710)	-	-	-
Outros passivos - Valores a pagar a sociedades ligadas	(171.425)	(13.513)	(162.931)	(14.346)
Goldman, Sachs & Co. LLC	(9.081)	(142)	(1.609)	(5.071)
Goldman Sachs International	(9.147)	(9.144)	(30.951)	(7.843)
The Goldman Sachs Group, Inc	(146.384)	-	(129.504)	5
GSBR SE, Paris Branch	(3.314)	(3.259)	-	-
Valores a pagar a outras partes relacionadas	(3.499)	(968)	(867)	(1.437)
Empréstimos no exterior	(38.300)	(203.363)	(9.663.587)	(380.213)
The Goldman Sachs Group, Inc	(12.393)	(141.475)	(8.168.836)	(301.054)
Goldman Sachs Latin America Holding LLC	(25.907)	(61.888)	(1.494.751)	(79.159)
Patrimônio líquido - Capital social	(4.698.288)	-	(2.822.788)	-
Goldman Sachs do Brasil Holding Financeira	(4.693.589)	-	(2.819.965)	-
Goldman Sachs Latin America Holdings LLC	(4.699)	-	(2.823)	-

As transações entre partes relacionadas foram contratadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações entre partes independentes, considerando-se prazos e taxas médias usuais de mercado e a ausência de risco, vigente nas respectivas datas.

(b) Remuneração de pessoas chave da administração

Para fins de divulgação, são considerados pessoas chave da Administração os diretores estatutários do Consolidado.

	2025	2024
Benefícios de curto prazo - Administradores		
Proventos	49.741	43.952
Encargos sociais curto prazo	15.302	13.586
Benefícios de longo prazo - Administradores		
Pagamento baseado em ações	36.258	26.252
Encargos sociais longo prazo	12.219	8.847

Benefícios referem-se, principalmente, à férias, décimo terceiro salário, auxílio-creche, assistência médica, vale refeição e alimentação e seguro de vida.

19) Plano de previdência privada e de incentivo de ações

(a) Plano de previdência privada

O Consolidado oferece a todos os funcionários um plano de previdência privada PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) na modalidade de contribuição definida.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Consolidado contribuiu com R\$ 6.702 (2024 - R\$ 6.074) para o fundo de previdência.

(b) Plano de incentivo de ações

The Goldman Sachs Group, Inc. empresa controladora indireta da Corretora, patrocina o plano de pagamento em ações, Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. (SIP), que prevê entre outras alternativas, concessões de opções de ações de incentivo e unidades de ações restritas (RSUs).

A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações geralmente é mensurada com base no valor justo da data da outorga do prêmio. Prêmios de ações que não requerem prestação de serviços futuros são reconhecidos como despesa (ex., prêmios adquiridos, incluindo prêmios concedidos a ex-empregados elegíveis). Prêmios de ações que requerem prestação de serviços futuros são amortizados no decorrer do

período do serviço prestado. As prescrições previstas são incluídas na determinação da despesa de pagamento de ações a empregados. A Corretora paga dividendos equivalentes em dinheiro sobre o saldo das RSUs.

- **Unidades de ações restritas**

A empresa controladora indireta outorga RSUs para os empregados da Corretora de acordo com o SIP, as quais são avaliadas com base no preço de fechamento das ações na data da outorga levando em consideração um desconto de liquidez de quaisquer restrições aplicáveis pós-aquisição de transferência. O direito adquirido sobre as unidades de ações restritas, bem como as ações ordinárias entregues, são concedidas conforme descrito no acordo de RSU, prevendo outorga acelerada em determinadas circunstâncias, tais como, aposentadoria, morte, incapacidade e conflito de trabalho. A entrega das ações ordinárias está condicionada à aquisição de direito dos beneficiários que preencham os requisitos definidos no plano de incentivos.

A movimentação da quantidade das RSUs e a movimentação pela média ponderada do valor unitário da ação para 31 de dezembro de 2025 estão demonstradas a seguir:

Movimentação pela quantidade de ações:	2025		2024	
	Requer serviço futuro	Não requer serviço futuro	Requer serviço futuro	Não requer serviço futuro
Quantidade ao final do exercício anterior	15.148	28.809	17.535	32.404
Outorgada	12.545	4.330	15.147	6.108
Prescrita	(62)	-	-	-
Entregue	-	(24.240)	-	(26.741)
Adquirida por direito	(13.980)	13.980	(17.038)	17.038
Transferida entrada/(saída)	-	(29)	(496)	-
Quantidade ao final do exercício	13.651	22.850	15.148	28.809

Movimentação pela média ponderada do valor unitário da ação (em reais):	2025		2024	
	Requer serviço futuro	Não requer serviço futuro	Requer serviço futuro	Não requer serviço futuro
Valor unitário médio ao final do exercício anterior	1.983,51	1.895,61	2.130,37	1.933,34
Outorgada	3.518,59	3.245,06	2.305,83	2.255,36
Prescrita	2.559,28	-	-	-
Entregue	-	1.940,17	-	1.931,73
Adquirida por direito	2.489,76	2.489,76	2.172,99	2.172,99
Transferida entrada/(saída)	2.947,54	1.967,73	2.293,40	-
Valor unitário médio ao final do exercício	2.995,59	2.462,60	2.252,52	2.144,85

As RSUs são emitidas em dólar americano e convertidas para reais pela taxa SPOT para 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

A média ponderada do valor unitário, a valor justo na data da outorga das RSUs concedidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de 6.783 (2024 - R\$ 2.305). O valor justo da RSUs outorgada em 31 de dezembro de 2025 inclui um desconto de liquidez de 1,9% a 2,58% (2024 - 2.96%) para refletir restrições de até 1 ano pós-aquisição do direito de transferência.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo agregado das RSUs com direito adquirido é de R\$ 79.696 (2024 - R\$ 15.148).

Em 31 de dezembro de 2025, a média ponderada na data de entrega das RSUs entregues é de R\$ 3.440.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a despesa com provisão para pagamento baseado em ações é de R\$ 105.710 (2024 - R\$ 96.204).

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco registrou despesa de provisão de encargos sociais, baseados no valor atual da ação, no montante de R\$ 35.339 (2024 - R\$ 34.812).

A contrapartida da despesa de provisão é registrada na rubrica "Outros Passivos", vide nota 14.

Considerando o contrato de repagamento assinado em 31 de dezembro de 2012, com a The Goldman Sachs Group, Inc., o montante do repagamento das ações, a valor ajustado a mercado, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$142.892 (2024 - R\$ 128.724),

Em 31 de dezembro de 2025, a provisão para encargos sociais é de R\$ 53.996 (2024 - R\$ 48.803).

20) Receita de juros e similares

	2025	2024
Títulos e valores mobiliários	18.685	1.419.798
Operações de crédito	-	310.138
Operações com característica de Crédito	235.599	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	66.335	47.789
Aplicações em operações compromissadas	111.151	366.160
Total	431.770	2.143.885

21) Despesa de juros e similares

	2025	2024
Depósitos interfinanceiros	(18.344)	(18.671)
Depósitos a prazo	(851.860)	(667.913)
Captações no mercado aberto	(474.400)	(62.648)
Aplicações em moedas estrangeiras	2.272	2.392
Obrigações por empréstimos e repasses	(203.715)	(1.903.235)
Outros	(19.292)	(11.667)
Total	(1.565.339)	(2.661.742)

22) Ganhos (perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado

	2025	2024
Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.224.127)	1.707.561
Títulos e valores mobiliários - Renda Fixa	2.805.862	(514.943)
Títulos e valores mobiliários - Renda Variável	103.527	(164.243)
Lucro (prejuízo) na realização de Títulos e valores mobiliários	(315.522)	459.584
Recebíveis comerciais	-	(33.541)
Total	1.369.740	1.454.418

23) Receita líquida de comissões e prestação de serviços

	2025	2024
Rendas de serviços prestados a ligadas	60.785	346.267
Rendas de corretagens de operações em bolsas	126.668	140.522
Rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica	182.702	56.029
Rendas de gestão de fundos de investimentos	16.802	14.852
Total	386.957	557.670

24) Outras receitas/(despesas) operacionais

Referem-se, principalmente, ao reconhecimento da receita dos preços de transferência devido à adoção da Lei nº 14.596 mediante à aplicação da metodologia MDL- Divisão do Lucro no montante de R\$ 1.196.979 (2024 - R\$ 994.817). As despesas operacionais referem-se principalmente, por despesas tributárias no valor de R\$ 112.918 (2024 - R\$ 84.424).

25) Benefícios a empregados

	2025	2024
Proventos	(491.642)	(452.594)
Encargos	(163.942)	(149.498)
Benefícios e treinamentos	(54.532)	(58.314)
Total	(710.116)	(660.406)

26) Outras despesas administrativas

	2025	2024
Serviços do sistema financeiro ⁽¹⁾	(91.145)	(75.367)
Depreciação e amortização	(24.675)	(22.872)
Processamento de dados	(30.812)	(24.997)
Serviços de terceiros	(8.520)	(6.783)
Comunicação, publicações, propaganda e publicidade	(3.523)	(4.628)
Serviços técnicos especializados	(13.404)	(7.130)
Materiais, manutenção e conservação de bens	(5.804)	(5.497)
Seguros, vigilância e segurança	(4.821)	(4.830)
Contribuições filantrópicas	(5.231)	(4.447)
Promoções e relações públicas	(5.124)	(4.223)
Viagens	(15.470)	(12.258)
Aluguel	(2.312)	(2.127)
Outras despesas administrativas ⁽²⁾	(17.578)	(12.742)
Total	(228.419)	(187.901)

(1) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, serviços do sistema financeiro incluem comissões por indicação ("referral fees") e comissões de distribuição de Certificados de Operações Estruturadas ("COE") emitidos pelo Banco.

(2) Outras despesas administrativas corresponde principalmente, despesas com prestação de serviços financeiros.

27) Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS)

(a) Cálculo do imposto sobre o lucro tributável

	2025	2024
Resultado antes da tributação sobre o lucro	1.484.138	1.401.063
Participação nos lucros	(12.242)	(11.576)
Juros sobre o capital próprio	(200.000)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro ajustado	1.271.896	1.389.487
Alíquota vigente do imposto de renda e contribuição social	(572.353)	(625.269)
Diferenças temporárias	40.939	20.512
Diferenças permanentes	57.834	102.418
Outros	30.339	-

Total	(443.241)	(502.339)
--------------	------------------	------------------

(b) Alíquotas efetivas

	2025	2024
Lucro líquido antes da tributação	1.271.896	1.389.487
Impostos de renda e contribuição social	(443.241)	(502.339)
Alíquota efetiva	(35%)	(36%)

(c) Impostos correntes

	2025	2024
Impostos e contribuições sobre lucros ⁽¹⁾	164.678	267.784
Impostos sobre serviços de terceiros	7.871	14.819
Imposto e contribuições sobre salários	15.600	14.319
Outros	14.776	25.455
Total	202.925	322.377

(1) Para fins de apresentação do balanço patrimonial o saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar, no montante de R\$ 66.362 (2024 - R\$ 20.085) foi compensado contra o saldo de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a pagar, conforme requerido pelo IAS 12.

(d) Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2025, os Passivos fiscais diferidos totalizam R\$ 419.099 (2024 - R\$ 184.969) e estão compostos por:

- I. Ativos fiscais diferidos sobre imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 296.307 (2024 - R\$ 403.938).
- II. Passivos fiscais diferidos no montante de R\$ 715.406 (2024 - R\$ 588.907).

Para fins de apresentação do balanço patrimonial, o saldo dos ativos e passivos fiscais diferidos foram compensados, conforme determinado no IAS 12 - Impostos sobre renda.

A estimativa de realização dos ativos fiscais diferidos, no montante de \$296.307, é de 22% no primeiro ano, 10% no segundo, 12% no terceiro, 1% no quinto ano e os 55% remanescentes nos anos subsequentes. O valor presente dos ativos fiscais diferidos sobre imposto de renda e contribuição social, calculado com base nas taxas médias de captação, monta a R\$166.241(2024 - R\$188.357) e o valor presente dos passivos fiscais diferidos monta a R\$ 486.314 (2024 - R\$ 348.334). O valor dos ativos fiscais diferidos não ativado sobre o prejuízo fiscal totaliza R\$ 9.051 (2024 - R\$ 9.051).

28) Informações Suplementares - Reconciliação entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas internacionais de contabilidade (IFRS) aplicáveis ao patrimônio líquido e total de ativo consolidados

As Demonstrações Financeiras Individuais do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A e Goldman Sachs Corretora de Valores Mobiliários S.A. são elaboradas de acordo com o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) diferentemente destas Demonstrações Financeiras Consolidadas que são elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”. Abaixo está demonstrada a reconciliação das principais diferenças encontradas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/20, líquidas de seus efeitos de impostos:

	2025	2024
Patrimônio líquido em BR GAAP	5.169.570	4.045.817
Conversão dos saldos em moeda estrangeira de SPOT B3 para taxa SPOT	(3.311)	(627)
Ajuste de <i>funding</i> dos instrumentos financeiros derivativos (FVA)	356	19
Efeito de IR e CS sobre ajustes de IFRS	(5.868)	(1.348)
Mensuração das Operações de Arrendamento	4.831	2.139
Reversão de provisão para perdas esperadas de crédito	-	1.465
Constituição/(Reversão) de Ativo Fiscal Diferido acima de 10 anos	1.397	2.925
Reconhecimento do risco de crédito próprio na mensuração do valor justo de instrumentos financeiros passivos derivativos (DVA)	-	121.181
Patrimônio líquido em IFRS	5.166.686	4.171.571

	2025	2024
Lucro Líquido em BR GAAP	1.010.289	883.562
Conversão dos saldos em moeda estrangeira de SPOT B3 para taxa Spot	(1.733)	(290)
Reclassificação do MTM sobre o plano de pagamento baseado em ações	-	4.088
Ajuste de <i>funding</i> dos instrumentos financeiros derivativos (FVA)	185	27
Mensuração das Operações de Arrendamento	(3.833)	656
Reversão da Mensuração das Operações Ativas Compromissadas Valor Justo no Resultado	-	(694)
(Constituição)/reversão de provisão para perdas esperadas de créditos	-	(3.610)
Mensuração a valor justo de recebíveis no resultado	-	(18.447)
Constituição/(Reversão) de Ativo Fiscal Diferido acima de 10 anos	(1.525)	(99.337)
Reconhecimento do risco de crédito próprio na mensuração do valor justo de instrumentos financeiros passivos derivativos (DVA)	37.514	121.181
Reclassificação de instrumentos financeiros para Valor Justo por meio do Resultado (Debênture)	-	12
Lucro Líquido em IFRS	1.040.897	887.148

DIRETORIA

André dos Santos Mendonça
Carlos Alberto R. Loureiro Júnior
Cristina Estrada Peredo
Juliano Meira Campos Arruda
Kathia Aparecida Autuori
Leorem Carneiro de Oliveira

Paula Penna Moreira
Alexandre Henriques Nunes
Ricardo Genis Mourão
Ricardo Henrique Tardelli Bellissi
Sílvia Regina C. Valente

CONTADORA

Tatiana L. M. Navarro
Baldivieso

CRC 1SP240271/O-7

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria Único do Conglomerado (“Comitê”) tem por finalidade auxiliar e efetuar recomendações às diretorias do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A (Banco) e da Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (Corretora) (Conglomerado) no que diz respeito à avaliação da adequação dos sistemas de controles internos e dos trabalhos da auditoria independente e interna do Conglomerado, bem como à revisão das demonstrações financeiras consolidadas do Banco e da sua controlada Corretora, preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer da auditoria independente relativo às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado em IFRS, dentre outras atribuições.

O Comitê foi constituído em Assembleia Geral Extraordinária do Banco realizada em 29 de janeiro de 2016, homologado pelo BACEN em 09 de março de 2016, e instalado em 31 de março de 2016 mediante reunião extraordinária de seus membros. Atualmente, o Comitê é composto por três membros, um Diretor do Banco e dois membros externos independentes, todos nomeados e empossados de acordo o disposto do art. 9º da Resolução CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021.

Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê, no âmbito de suas atribuições, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, destacam-se: (a) a avaliação da adequação dos sistemas de controles internos e da atuação das auditorias independente e interna do Conglomerado; e (b) a avaliação da qualidade das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

Para assegurar a conformidade do ambiente de controles internos e dos trabalhos das auditorias independente e interna, o Comitê avaliou diversas atividades de controle exercidas sob a égide de um conjunto de políticas e procedimentos que objetivam a aderência a dispositivos legais e regulamentares, com ênfase nos processos de avaliação de risco e detecção de eventuais deficiências existentes.

No contexto da avaliação da adequação dos sistemas de controles internos, o Comitê realizou reuniões com as áreas responsáveis por operações, gerenciamento de riscos, controles internos e compliance. O Comitê também se reuniu com as auditorias independente e interna para avaliar os respectivos planos de auditoria, inclusive quanto à independência e à qualidade dos trabalhos, assim como os resultados das atividades executadas ao longo do exercício. Em decorrência desses procedimentos, no âmbito de suas atribuições, não foram identificadas deficiências relevantes nos sistemas de controles internos, e, os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna mostraram-se satisfatórios e compatíveis com suas funções e responsabilidades.

Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê recomenda que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado, preparadas de acordo com a normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 sejam aprovadas pela Diretoria.

24 de março de 2026



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco") e sua controlada, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco e sua controlada em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

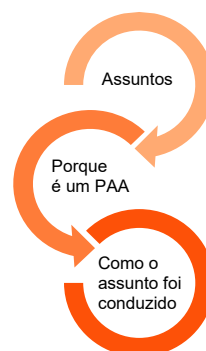
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação à Banco e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos - Notas 3.5, 4(a) e 8(a), 11(d)</p> <p>O Banco atua no mercado de derivativos, sendo que tais operações são mensuradas ao valor justo, determinado com base em preços, indexadores e parâmetros, que são observáveis no mercado, bem como com a utilização de modelos internos de precificação.</p> <p>Mantivemos essa uma área de foco de auditoria devido a utilização de modelos internos de mensuração do valor justo, que consideram premissas e técnicas de avaliação que poderiam produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes.</p>	<p>Nossos procedimentos incluíram a atualização do nosso entendimento e testes sobre os controles relevantes identificados no processo de mensuração do valor justo dos instrumentos derivativos.</p> <p>Nossos procedimentos também consideraram análise das políticas contábeis da administração, a reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica dos sistemas, verificação de dados das operações com a posição de custódia e, em base amostral, a verificação dos contratos para obter o conforto sobre a acuracidade dos dados das operações consideradas no cálculo do valor justo.</p> <p>Com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros derivativos, analisamos as principais metodologias de valorização desses instrumentos financeiros.</p> <p>Reperformamos, em base amostral, a valorização de determinadas operações, bem como analisamos a consistência das premissas e metodologias utilizadas pela administração com as práticas de mercado, bem como analisamos a consistência das metodologias e premissas com as aplicadas em períodos anteriores.</p> <p>Consideramos que os modelos e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>

Preço de Transferência - Notas 23 e 24

Em 2024 entrou em vigor a Lei nº 14.596 que alterou as normas de preços de transferência com o objetivo de promover um maior alinhamento das normas brasileiras com as diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Até 31 de dezembro de 2023, o Banco apurava os

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, obtivemos do auditor independente do grupo a descrição sobre o entendimento dos processos e controles, centralizados na matriz, adotados para apuração dos preços de transferência, incluindo os testes sobre controles relacionados a: (i) estabelecimento e aprovação

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>preços de transferência com base no modelo MCL - Custo mais Lucro, que consiste em comparar a margem de lucro bruto, calculada sobre os custos da transação com partes vinculadas, com as margens de lucro bruto obtidas em transações comparáveis realizadas entre partes não vinculadas.</p> <p>A partir da entrada em vigor das diretrizes da referida Lei, o Banco aderiu à metodologia MDL- Divisão do Lucro, que consiste na divisão dos lucros ou das perdas apuradas em uma transação com parte vinculada, com a que seria estabelecida entre partes não relacionadas em uma transação comparável. A Goldman Sachs adota os seus processos e procedimentos globais para a apuração centralizada dos preços de transferência previstos pela metodologia de divisão dos resultados.</p> <p>Considerando a relevância dos valores, os processos e julgamentos envolvidos para a determinação e mensuração dos valores envolvidos, mantivemos essa uma área de foco de auditoria.</p>	<p>da metodologia utilizada pela administração; (ii) identificação das operações sujeitas ao processo de preços de transferência; (iii) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica dos sistemas; e (iv) aprovação para registro contábil dos valores apurados nos preços de transferência.</p> <p>Os procedimentos de auditoria consideraram também: a análise da consistência da metodologia utilizada nos modelos com as aprovadas pela administração; recálculo em base amostral de determinadas operações; e revisão das políticas de preços de transferência de acordo com as regulamentações fiscais.</p> <p>Adicionalmente, executamos procedimentos que envolveram a combinação de testes sobre: confirmação de saldos relativos a operações de preços de transferência com as demais empresas do grupo e verificação da liquidação subsequente dos valores registrados em 31 de dezembro de 2025.</p> <p>Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>

Outros assuntos - Conciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido (Nota 28)

A conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido das demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e das demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade ("conciliação BACEN GAAP e IFRS *Accounting Standards*"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, conforme descrito na Nota 28, em atendimento às normas do BACEN, é apresentada como informação suplementar para fins do IFRS *Accounting Standards*. Essa informação foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Banco com o objetivo de expressarmos opinião se ela está conciliada com as demonstrações contábeis consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável. Em nossa opinião, essa conciliação BACEN GAAP e IFRS *Accounting Standards* foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.



Goldman Sachs Banco Múltiplo S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Banco e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Banco e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam

Goldman Sachs Banco Múltiplo S.A.

as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banco e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Goldman Sachs Banco Múltiplo S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6